



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- DO DIA 30 JUNHO DE 2017 -----

----- ACTA NÚMERO VINTE E UM -----

----- Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e dezassete, reuniu no Edifício do Centro Social de Sameiro, a Assembleia Municipal do Concelho de Manteigas nos termos da Lei, sob a presidência do seu Presidente, Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos, coadjuvado pelo Primeiro Secretário, Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso e pela Senhora Segunda Secretária, Senhora Deputada Oriana Marina Cleto Abreu Morais, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: **Período de Intervenção do Público.**-----

----- Ponto dois: **Período de Antes da Ordem do Dia.**-----

----- Ponto dois, um: Apreciação, discussão e votação da Ata da sessão anterior.-----

----- Ponto dois, dois: Conhecimento do expediente recebido e prestação de informações.-----

----- Ponto dois, três: Intervenções dos Senhores Deputados antes da Ordem do Dia.-----

----- Ponto três: **Período da Ordem do dia.**-----

----- Ponto três, um: Apreciação e debate sobre os dados estatísticos fornecidos pelo INE, relativos a Manteigas, que foram facultados pela Câmara Municipal para a sessão de 24/02/2017. Análise do Diagnóstico Social de Manteigas à luz de tais dados.-----

----- Ponto três, dois: Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) – apreciação e votação de proposta de adesão a esta associação de direito privado.-----

----- Ponto três, três: Conhecimento de compromissos plurianuais para com a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.-----

----- Ponto três, quatro: Conhecimento do compromisso plurianual referente ao Protocolo de Cooperação entre a Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha e o Município de Manteigas.-----

----- Ponto três, cinco: Apreciação das Contas Consolidadas referentes ao ano de 2016.-----

----- Ponto três, seis: Apreciação, discussão, votação e aprovação do Regulamento de Apoio Social e Incentivo à Fixação de Pessoas e Famílias.-----

----- Ponto três, sete: Apreciação, discussão, votação e aprovação do Regulamento Manteigas Empreende Mais.-----

----- Ponto três, oito: Apreciação, discussão, votação e aprovação do Regulamento Municipal de Incentivo à Produção da Feijoca – Proposta de 3ª Alteração.-----

----- Ponto três, nove: Apreciação, discussão, votação e aprovação da alteração do Mapa de Pessoal – Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto.-----

----- Ponto três, dez: Apreciação, discussão e votação das deliberações a tomar em minuta, para produzir efeitos imediatos, desta sessão.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Ponto quatro: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Ponto cinco: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.-----

----- Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças para além do Senhor Presidente da Mesa, o Senhor Primeiro Secretário, a Senhora Segunda Secretária, os Senhores Deputados Municipais: Manuel José Correia Silva Carvalhinho, Fernanda Isento Pereira, Nuno Manuel Matos Soares, José Manuel Novo de Matos, Luís Miguel Gaspar Matos Soares, António Miguel Aldeia Carvalho, Maria Fernanda Sabugueiro Carvalho David, Alfredo Serra de Carvalho Marcelo, Odete da Graça Ganilha Almeida, José Manuel Abrantes Lopes, Albino Eduardo Matos Monteiro, António Júlio Leitão Garcia, Joaquim Neves Biscaia, Nuno Miguel Fernandes Gonçalves, Paulo Manuel dos Santos Costa e Carlos Manuel Figueiredo Viegas. -----

----- Não se encontrava presente a Senhora Deputada Ana Catarina Félix Vinagre, o Senhor Deputado Flávio Miguel Tacanho Massano, a Senhora Deputada Matilde Rosa Ambrósio Cardoso e o Senhor Deputado Joaquim Martins Fonseca Albuquerque, que comunicaram previamente a impossibilidade de comparecerem na reunião, tendo cada um justificado as respetivas ausências e pedido a devida substituição, tendo por isso sido convocados o Senhor Deputado Luís Miguel Gaspar Matos Soares, a Senhora Deputada Maria Fernanda Sabugueiro Carvalho David, o Senhor Deputado Albino Eduardo Matos Monteiro e o Senhor Deputado António Júlio Leitão Garcia, que compareceram. -----

----- Estiveram também presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, José Manuel Custódia Biscaia e os Senhores Vereadores Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, José Manuel Saraiva Cardoso e António José Ascensão Fraga. O Senhor Vereador Paulo Jorge Ribeiro Estrela não se encontrava presente por motivos de férias. -----

**Às quinze horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, saudou todos os presentes, deu conhecimento que nesta sessão estava presente o Senhor Primeiro Secretário da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIM BSE), o Senhor Engenheiro António Ruas, no seguimento de uma solicitação efetuada pela Assembleia Municipal de Manteigas, com a finalidade de ser realizado um resumo da atividade que tem vindo a ser desenvolvida pela CIM BSE. -----**

O Senhor Presidente da Mesa indicou que face à tragédia, originada pelo incêndio florestal que ocorreu em Pedrogão Grande e se alastrou aos concelhos vizinhos, no passado mês de junho, propôs à Assembleia Municipal que fosse realizado em memória da morte ocorrida de dezenas de portugueses um minuto de silêncio. **A Assembleia Municipal de Manteigas cumpriu um minuto de silêncio em memória das vítimas da tragédia do incêndio de Pedrogão Grande. -----**

Mencionou que sobre esta matéria foi entregue na Mesa da Assembleia um Voto de Pesar, que leu e que em seguida se transcreve: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*"Voto de Pesar*

*A Assembleia Municipal de Manteigas reunida em sessão ordinária de 30 de junho de 2017, perante a tragédia que ocorreu, em meados do corrente mês, com o incêndio florestal que começou no concelho de Pedrógão Grande e cedo alastrou aos concelhos vizinhos de Castanheira de Pera e Góis, manifesta o seu mais profundo pesar pelas numerosas vítimas mortais de tão brutal flagelo e apresenta às famílias enlutadas as suas mais sinceras condolências.*

*Ao também imenso número de feridos, que tal como o numeroso número de mortos, nunca antes um incêndio florestal provocou em Portugal, deseja rápida recuperação. Em particular aos bombeiros feridos manifesta a sua admiração pela abnegação demonstrada, com risco da própria vida, o que não pode deixar de merecer a maior gratidão de todos os portugueses, que pode ser traduzida no agradecimento sincero de todos os Deputados Municipais de Manteigas. Agradecimento esse naturalmente extensivo a todos os outros bombeiros que participaram no ataque ao incêndio.*

*Acreditando que a Comissão Técnica Independente, já na corrente semana criada pela Assembleia da República, possa encontrar as causas estruturais que estiveram na origem da dimensão desta catástrofe que assolou a região do Pinhal Interior, formulam-se votos de que tragédia idêntica não mais possa acontecer em Portugal. Tal Comissão deve apontar as necessárias reformas do ordenamento florestal que, de preferência, possam ser consensualmente aceites, para que o desígnio nacional de defesa da floresta contra incêndios, que a reforma tem de consagrar, seja extensivo à necessidade imperiosa de travar o despovoamento de todo o chamado interior do País, seguramente um dos principais motivos da extensão dos incêndios florestais dos últimos anos.*

*Que do presente voto de pesar seja dado conhecimento às Câmaras Municipais e à Comissão Técnica Independente referidas.*

*Manteigas e Paços do Concelho aos 30 de junho de 2017*

*Os subscritores*

*António Manuel de Lemos santos*

*Manuel José Correia Silva Carvalhinho*

*Albino Saraiva Cardoso*

*Nuno Manuel Matos Soares*

*Oriana Mariana Cleto Abreu Morais*

*Luís Miguel Gaspar Matos Soares*

*Fernanda Isento Pereira*

*Maria Fernanda Carvalho David*

*José Manuel Novo de Matos*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*António Miguel Aldeia Carvalho*  
*Odete da Graça Ganilha Almeida*  
*Alfredo Serra Carvalho Marcelo*  
*Albino Eduardo Matos Monteiro*  
*José Manuel Abrantes Lopes*  
*António Júlio Leitão Garcia*  
*Joaquim Neves Biscaia*  
*Paulo Manuel Santos Costa*  
*Carlos Manuel Figueiredo Viegas*  
*Nuno Miguel Fernandes Gonçalves”*

O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém deseja usar da palavra para intervir sobre este Voto de Pesar. Verificando que não havia inscrições para intervir sobre esta matéria colocou o **Voto de Pesar pelas numerosas vítimas mortais do incêndio que assolou o concelho de Pedrógão Grande e se alastrou aos concelhos vizinhos de Castanheira de Pera e Góis** à votação tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

-----PONTO 1. DA ORDEM DE TRABALHOS-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou os munícipes presentes se desejavam intervir neste ponto da ordem de trabalhos. Encontrando-se inscrito o Senhor Joaquim Martins Sabugueiro e a Senhora Maria José Garcês, por ordem de inscrição concedeu a palavra ao Senhor Joaquim Sabugueiro. -----

----- O Senhor Joaquim Martins Sabugueiro indicou que na sua opinião não tinha sido correto a Câmara ter vendido a Escola Primária de Sameiro, sendo que na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia de Sameiro tinha conhecimento que Câmara tinha feito uma proposta à Junta de Freguesia de Sameiro, para que esta última adquirisse esse edifício, contudo a Junta de Freguesia não tinha condições financeiras para despende setenta e dois mil euros (72.000,00€) na aquisição desse imóvel. Questionou quanto é que a Junta de Freguesia de Sameiro ia receber pela venda da Escola, dado que era um património de Sameiro. Alegou que a população de Sameiro está descontente com esta situação. -----

Fez alusão a uma publicação realizada no Facebook, onde era referido que a Junta de Freguesia de Sameiro necessitou de três anos e meio para pintar o campo de futebol. Frisou que embora fosse verdade, porque não havia verba para executar esse trabalho mais cedo, recordou que ainda assim o trabalho foi feito, coisa que o anterior Executivo dessa Junta de Freguesia em doze anos não conseguiu executar. Inclusivamente, o próprio Município teve três ano e meio para fazer uma rotunda em Manteigas. Mencionou que não era correto este ataque que foi feito nas redes sociais, ao atual Executivo da Junta de Freguesia de Sameiro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- A Senhora Maria José Garcês no uso da palavra cumprimentou todos os presentes. Explicou que pretendia apresentar um projeto da Associação de Familiares e Amigos do Cidadão com Dificuldades de Adaptação da Serra da Estrela (AFACIDASE), que leu e que em seguida se transcreve: -----

*“A AFACIDASE (Associação de Familiares e Amigos do Cidadão com Dificuldades de Adaptação da Serra da Estrela) existe desde dois mil e um pela força de pais e familiares preocupados com o futuro de pessoas com deficiência no concelho. A AFACIDASE apoia diariamente catorze pessoas em Centro de Atividades Ocupacionais e três pessoas em serviços de apoios ajustados às suas necessidades. Apesar do número reduzido de pessoas que ao longo dos anos procuraram a resposta que a AFACIDASE oferece, a verdade é que a deficiência atinge um número significativo da população Manteiguense, estão diagnosticados sessenta e sete casos de pessoas com deficiência no concelho.*

*Perante estes números e conhecedores que somos da verdade que devasta os cidadãos com deficiência e as suas famílias, entendemos que o concelho deve dotar-se de equipamentos que respondam adequadamente às carências deste público alvo, por forma a evitar angústias maiores, como por exemplo de se verem obrigados a procurarem uma Instituição fora do concelho, situação que queremos a todo o custo evitar pelos prejuízos que a todos aflige. Por outro lado, há uma imensa oportunidade económica nesta área do terceiro setor, pela enorme falta de instituições a nível nacional capazes de responder à população com deficiência. Para colmatar esta necessidade a AFACIDASE está empenhada em ampliar as respostas sociais e evoluir para aquela que todas as famílias querem ver edificada, que é um lar residencial que possa acolher em regime de permanência as pessoas com deficiência.*

*A AFACIDASE expõe a todos os membros da Assembleia o seu novo projeto a executar com a maior urgência e no qual precisa do apoio essencial do Município e de todos os Municípios. O projeto contempla a criação de um lar residencial e um Hostel inclusivo, o primeiro com capacidade para dar resposta a vinte e seis pessoas portadoras de deficiência e o segundo com capacidade máxima para trinta pessoas também com deficiência, que se desloquem à Serra da Estrela em passeio e que nos procurem pelas condições únicas, que certamente iremos ter para estes turistas. De destacar que este complemento Lar/Residencial, o Hostel inclusivo é um aspeto diferenciador das mais respostas existentes no país e até no estrangeiro, só descobrimos um projeto similar na Holanda.*

*A implantação deste projeto está prevista para o edifício do antigo Colégio Externato Nossa Senhora de Fátima, sem qualquer utilização desde há cerca de três anos a esta parte. Pensamos, portanto, que esta será uma excelente forma de dar vida aquele antigo estabelecimento de ensino. O projeto referido Lar/Residencial e Hostel inclusivo para pessoas portadoras de deficiência terá um valor estimado de um milhão de euros (1.000.000,00€). Além do carácter e importância social evidentes, esta será também uma via para a criação de emprego no concelho.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Após a conclusão das obras, estes equipamentos darão emprego a cerca de vinte pessoas, sendo que algumas delas serão portadoras de deficiência. Pretendemos capacitar jovens e adultos que possam desempenhar funções em várias áreas e permitir-lhes ter o seu próprio posto de trabalho. Pensamos ser um caminho viável para a sustentabilidade do concelho e para a sua vitalidade económica e social, dando uma resposta que melhora exponencialmente a qualidade de vida das pessoas com deficiência e suas famílias e comunidade em geral. Esperamos que o Executivo e membros da Assembleia nos possam ajudar na concretização deste sonho e que se possa a vir tornar realidade num curto/médio prazo.*

*Agradeço a atenção dispensada e estamos disponíveis para detalhadamente mostrar o projeto e dar todas as explicações que entenderem por úteis em sede própria.”*

---

----- O Senhor Presidente da Mesa deu nota que a Mesa da Assembleia tinha considerado que não deveria ser feita uma apresentação detalhada do projeto da AFACIDASE na Assembleia Municipal, dado que esta é uma matéria da competência da Câmara Municipal, contudo disse ter informado a Direção da AFACIDASE que podia apresentar de forma genérica o projeto e que os Senhores Deputados teriam a oportunidade de se manifestar em relação ao mesmo. Nesse sentido questionou se alguém desejava usar da palavra. Verificando a intenção do Senhor Deputado José Lopes em intervir concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes cumprimentou todos os presentes, indicou que relativamente ao projeto da AFACIDASE apresentado nesta sessão, gostaria de ter acesso ao mesmo de forma mais detalhada. Assim como, disse que desejava ter acesso a um rascunho do que foi solicitado por esta Instituição, de modo a ter um conhecimento melhor desta causa. Considerou que este projeto é uma mais-valia para Manteigas, não só por vir a proporcionar a criação de postos de trabalho, mas sobretudo por permitir colmatar a carência que há no acesso a este género de serviços, para os cidadãos de Manteigas portadores de deficiência. Manifestou o seu apoio e empenho para com este projeto, dado que ele próprio é também um cidadão das Forças Armadas com deficiência. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa referiu que no seu ponto de vista, o *Hostel* era uma ideia interessante para pessoas portadoras de deficiência e um fator de diferenciação importante, em relação ao projeto em si mesmo. Mencionou que na sua opinião, o edifício do Colégio Nossa Senhora de Fátima não será o imóvel mais indicado para corresponder aos anseios da AFACIDASE, contudo só depois de ver os projetos é que poderia consolidar essa ideia. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares cumprimentou todos os presentes e em especial o Senhor Engenheiro António Ruas que estava presente nesta sessão em representação da CIM BSE. Referiu que era com satisfação que via esta sessão da Assembleia decorrer na sua terra e como já era habitual, o Senhor Presidente da Junta de Sameiro teve o cuidado de presentear a Assembleia Municipal com uma excelente receção. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

No que concerne à iniciativa da AFACIDASE, apresentada pela Senhora Maria José Garcês, declarou que dentro das suas possibilidades estava disponível para ajudar e apoiar no que fosse necessário, tanto na parte técnica, como na parte pessoal, sendo que tentaria fazer o melhor que pudesse. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes. Explanou que no que concerne ao projeto apresentado pela Senhora Maria José Garcês, trata-se de um projeto que muito acarinha e nele acredita, pois inclusivamente a ideia do Hostel surgiu e foi apresentada à AFACIDASE como tese do seu Mestrado. Considerou que é um projeto que tem quase tudo para ser um sucesso e por isso acredita nas capacidades inovadoras, com provas dadas, deste grande exemplo de empreendedorismo do terceiro sector no concelho de Manteigas. Deu os parabéns a toda a equipa da AFACIDASE, tendo afirmado que esta Instituição continuaria sempre a contar com o seu contributo. -----

Por último, deixou um reconhecimento de gratidão para com a Assistente Social da AFACIDASE, a Senhora Ana Luísa, que ia deixar de trabalhar nesta Instituição, sendo que nunca será esquecida pelo muito e bem que fez e pelo muito que é. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria pediu a palavra, cumprimentou todos os presentes, felicitou a AFACIDASE não só por toda a atividade dinâmica que tem desenvolvido, como também por este projeto. Declarou que a equipa desta Instituição tem pessoas ativas, com muito empenho, com muita vontade de fazer algo por pessoas que merecem todo o nosso carinho. Declarou que a Junta de Freguesia a que preside, estará disponível no que for necessário para apoiar a concretização deste projeto e outros que possam vir. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que considerasse convenientes no seguimento da intervenção dos Municípios. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara elucidou que as Escolas Primárias são do domínio do Município, não são propriedades das Juntas de Freguesia. Explanou que Sameiro possui uma Escola Primária de construção anterior à que foi vendida, sendo uma Escola com traça de Estado Novo, que está disponível e nesse sentido, o Município de Manteigas tinha proposto à Junta de Freguesia de Sameiro que podia utilizar as instalações dessa Escola, desde que apresentasse para o efeito um programa de Ação. -----

Indicou que a Câmara Municipal de Manteigas cedeu a todas as Juntas de Freguesias do concelho de Manteigas instalações para aí funcionarem como Junta de Freguesia. O primeiro edifício foi cedido à Junta de Freguesia de São Pedro, a seguir foi a Junta de Freguesia de Santa Maria que teve um edifício cedido pela Câmara, e posteriormente a Junta de Freguesia de Sameiro, sendo que neste intervalo foi contruído pelo Município o edifício do Centro Social de Sameiro, onde atualmente funciona essa Junta de Freguesia. Explicou que só por último foi



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

construído um edifício, onde funciona atualmente a Junta de Freguesia de Vale de Amoreira, por cedência temporária das instalações, uma vez que não tinha sede própria da Junta. ----- Alegou que a Escola Primária de Sameiro tinha que ter uma utilização adequada à origem do seu procedimento, ou então tinha que ser utilizada por pessoas que quisessem residir em Sameiro, no sentido de promover um rejuvenescimento da população. Frisou que o edifício tinha qualidade para poder ser aproveitado de modo a garantir a fixação de uma família em Sameiro, tendo considerado que este fim era mais conveniente do que o espaço ser utilizado para guardar materiais ou como garagem. Explicou que após a Escola Primária de Sameiro ter encerrado, para grande mágoa de todos, o imóvel foi cedido provisoriamente à Junta de Freguesia de Sameiro até que houvesse outras soluções para o mesmo. Tendo aparecido uma pessoa que se mostrou interessada em utilizar o espaço dando-lhe vida, considerou que era um bom destino a dar a esse edifício. -----

Aludiu que Sameiro tem uma outra Escola Primária construída na época do Estado Novo, tendo sido a primeira Escola que houve nessa Freguesia, encontrando-se a mesma disponível para ser aproveitada para os efeitos que a Junta de Freguesia entenda, desde que tenha um Programa consentâneo com o espaço. Relativamente à venda da Escola Primária considerou ser natural, dado que é um património da Câmara Municipal. Inclusivamente, à luz legislativa o Município de Manteigas estando em Saneamento Financeiro, pode e deve colocar à venda em hasta pública os espaços disponíveis e que não estão a ser utilizados diretamente, tal como aconteceu com esse edifício. -----

No que concerne às publicações no Facebook, disse desconhecer quem fez tais acusações ao Executivo da Junta de Freguesia de Sameiro, contudo considerava tratar-se de uma matéria para ser exposta na Assembleia de Freguesia e não propriamente na Assembleia Municipal. No que diz respeito à rotunda de Manteigas, referiu que as Câmaras Municipais, designadamente a de Manteigas, não tiveram possibilidade de aceder a Fundos Comunitários antes do final de dois mil e dezasseis e só aí houve a primeira convocatória ao nível das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), para que houvesse candidaturas. Elucidou que uma das candidaturas que foi apresentada foi para o Posto de Turismo e zona envolvente, para dar origem à entrada para a futura Praça Central de Manteigas. Mencionou que a primeira verba que chegou após a candidatura do Município apresentada à ARU, ocorreu já depois da última sessão da Assembleia, portanto esse foi o primeiro dinheiro recebido do Quadro Comunitário. -----

Deu nota que na Região Centro a Câmara de Manteigas foi a primeira a candidatar a ARU, tanto mais, que conseguiu mais 10% relativamente aos quatrocentos mil euros (400.000,00€) inicialmente previstos, portanto terá sido a primeira Câmara na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela a fazer a candidatura, a apresentá-la e a entrar em execução. Indicou que não havia qualquer aproveitamento temporal do programa anual, antes pelo contrário. Avocou que as candidaturas e as convocatórias de candidaturas chegaram muito tarde, ainda não





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

chegaram todas, contudo as candidaturas para a Biblioteca, Posto de Turismo e Entrada da Vila ocorreram a partir da convocatória e no tempo certo. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra deu conhecimento aos Múncipes de Sameiro, que a Assembleia Municipal de Manteigas tinha aprovado na última sessão um voto de protesto em relação à venda da Escola de Sameiro. -----

Verificando que não existiam mais inscrições para intervir deu como encerrado este ponto da ordem de trabalhos. -----

-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----PONTO 2.1-----

-----APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR-----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra informou que tinha chegado à Mesa da Assembleia, uma proposta de correção apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, a quem concedeu a palavra. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria mencionou que na página 934, onde se lê: *“Informou que a Junta de Freguesia de Santa Maria tem o programa SICAF, onde faz o registo dos animais”*, deverá ler-se: *“Informou que as Juntas de Freguesias têm o programa SICAF, onde fazem o registo dos animais”*. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos solicitou a palavra, saudou todos os presentes, tendo referido que era com muito gosto que estava presente nesta sessão realizada na Freguesia de Sameiro, dado que é fundamental estar junto das populações das várias Freguesias que constituem o concelho, é importantíssimo rodar o poder local por todas as Freguesias. -----  
Informou que não recebeu a Ata da Assembleia, porque a correspondência tinha chegado à sua residência no dia vinte oito de junho, mas como não se encontrava em casa para a receber, os CTT apenas lhe permitiam levantar essa correspondência no dia trinta de junho, data desta sessão da Assembleia. Explanou que na impossibilidade de receber previamente o documento, tinha solicitado à Dra. Fernanda Cardoso, para que trinta minutos antes do início desta sessão lhe cedesse a Ata da reunião do dia vinte e oito de abril, para poder visualizar o documento e opinar sobre o mesmo. Referiu que nesse seguimento tinha verificado um lapso na página 909, linha 23, na sua intervenção, quando se referiu às discussões que tinha com o seu falecido amigo, o Senhor Dr. José David. Assim sendo, onde se lê: *“Recordou que tinham discussões terríveis, do ponto de vista científico, sobre a etimologia, a ontologia, a topologia, a história da Serra de Manteigas”*, deverá ler-se: *“Recordou que tinham discussões terríveis, do ponto de vista científico, sobre a etimologia, a ontologia, a topologia, a história da Serra da Estrela e de Manteigas”*. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se os Senhores Deputados desejavam apresentar mais propostas de correção à Ata número vinte, verificando que não havia inscrições para intervir sobre esta matéria, colocou a **Ata número vinte da Sessão da Assembleia Municipal de vinte e oito de abril de dois mil e dezassete** à votação tendo **sido aprovada por**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

**maioria, com três abstenções.** -----

### -----PONTO 2.2-----

#### -----CONHECIMENTO DO EXPEDIENTE RECEBIDO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES-----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que a Mesa da Assembleia não tinha recebido expediente. Como tal, agradeceu a presença do Senhor Primeiro Secretário da CIM BSE, o Senhor Engenheiro António Ruas, nesta sessão da Assembleia, tendo-lhe concedido a palavra. ---

----- O Senhor Primeiro Secretário da CIM BSE explanou que CIM BSE é um parceiro das Autarquias e uma das obrigações dessa entidade é fazer-se representar nas Assembleias para prestar esclarecimentos, sempre que assim é solicitado. Cumprimentou todos os presentes, manifestou que era sempre com muito agrado que via o público a participar nestas sessões das Assembleias Municipais, porque significa que estão interessados nas discussões dos problemas do concelho. -----

Deu conhecimento que relativamente aos Pactos houve uma negociação tardia e complicada, não só no que diz respeito ao Pacto da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, mas de todos os Pactos do País. Informou que foi uma negociação difícil, que o Pacto da CIM BSE começou com quinhentos milhões de euros (500.000.000,00€), depois passou para cem milhões de euros (100.000.000,00€), e no final da negociação do Pacto apenas eram quarenta e quatro milhões de euros (44.000.000,00€). Avocou que foi um longo percurso percorrido pelos Senhores Presidentes de Câmaras da Região Centro e por todo o País sobre esta matéria. Indicou que só após todas as discussões e depois de muitos confrontos até políticos se chegou a este consenso relativamente ao nosso Pacto, tal como ocorreu com os outros Pactos do País. Os Pactos chegaram tardiamente, atrasados quase dois anos relativamente ao que estava previsto para este Quadro Comunitário de Apoio, ou seja, o Quadro Comunitário 2020. -----

Elucidou que após aprovado o Pacto, teve início uma outra "guerra", que se prende com os avisos das diversas Prioridades, tendo sido igualmente um processo complicado, dado que houve pré-avisos que tiveram de ser alterados várias vezes e continuam ainda a ser alterados, com pequenas alterações ao longo do tempo, que vão surgindo por parte da própria Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR). Assim sendo, a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela começou há cerca de dois anos a liderar o nosso Pacto que está subdividido em diversas Prioridades, que em seguida se dão conhecimento: -----

A Prioridade 2.3 que se refere à Modernização Administrativa, cujo termo de aceitação foi assinado na semana anterior à data desta sessão, o que não quer dizer que não haja elegibilidade nas despesas que já foram feitas até ao momento sobre esta matéria. Ou seja, uma Câmara que tenha feito despesa a partir de janeiro de dois mil e catorze, relativamente a estas Prioridades abrangidas pelo FEDER, todas as despesas que foram realizadas a partir dessa data são elegíveis, e podem ser comparticipadas pelos Fundos Comunitários. -----

O termo de aceitação foi assinado e enviado para a CCDR, o que significa que a partir desse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

momento pode-se começar a fazer pedidos de pagamento, sobre as candidaturas submetidas pela CIM BSE, logo estão em condições de evoluir. Explicou que esta candidatura especificamente, foi realizada pela Comunidade Intermunicipal, contudo cada uma das Câmaras Municipais tem a sua quota parte em termos de candidatura, tem um valor que foi mais ou menos dividido por todas as Câmaras Municipais para a Modernização Administrativa. Esclareceu que a Modernização Administrativa se prende com a desmaterialização dos documentos das próprias Câmaras, que passam a circular e a ser guardados pela via informática, através da CLOUD ou num servidor. Prosseguiu referindo que estão a trabalhar numa terceira fase, que são as Plataformas Eletrónicas para diversos trabalhos que eventualmente as Câmaras pretendam fazer e guardar nessas mesmas Plataformas. -----

Informou que só agora estão em condições de avançar com os pedidos de pagamentos, independentemente de algumas Câmaras Municipais já terem feito o investimento, nomeadamente a Câmara Municipal de Manteigas, que já fez este investimento da desmaterialização há cerca de um ano. -----

No que concerne à Prioridade 3.4, tem a ver com regadios e com consolidação de barragens para regadios ou pequenos regadios. Os valores que são aproximadamente no montante de um milhão e setecentos mil euros (1.700.000,00€) não passam pela CIM BSE, passam para a Direção Geral da Agricultura, nomeadamente a consolidação de barragens, que é da responsabilidade desta última entidade, bem como as candidaturas que foram apresentadas para os pequenos regadios, que só passaram pela CIM BSE para se declarar que fazia parte do nosso Pacto esse valor e que seriam aceites as candidaturas. Neste seguimento, informou que apareceram nas Comunidades Intermunicipais cerca de vinte a vinte e cinco pedidos para pequenos regadios. Apesar de o aviso já ter terminado há bastante tempo, ainda se desconhece o feedback relativamente a este aviso dos pequenos regadios. Disse não ter conhecimento por parte da Direção Regional da Agricultura do que se passa relativamente a essa matéria, tendo essa entidade já sido questionada pela CIM BSE sobre o ponto de situação. -----

No que diz respeito à Prioridade 4.3 tem a ver com a eficiência energética. Explanou que inicialmente esta candidatura e este aviso de eficiência energética tinha previsto duas divisões: a eficiência energética para piscinas; e a eficiência energética para iluminação pública. O Conselho Intermunicipal da CIM BSE entendeu em determinada altura, que devia ser feita uma proposta de alteração a este aviso, em que para além das piscinas, pretendia-se ver contemplada a eficiência em edifícios públicos. Aludiu que como era de conhecimento estava em discussão o próprio aviso, porque o mesmo é penalizador para as Câmaras Municipais, uma vez que relativamente aos 85% em termos de eficiência energética, há que repor uma percentagem significativa desse dinheiro, relativamente à própria eficiência energética que é ganha em relação à candidatura, o que consideravam ser é injusto, porque nos outros países da União Europeia isto não se tem verificado. Mencionou que o Governo está empenhado em fazer esta alteração, contudo a mesma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ainda não chegou e as Câmaras submeteram as candidaturas, à exceção de três Câmaras que não concordam com isto. Referiu que neste momento estão a aguardar que as candidaturas cheguem à Comunidade Intermunicipal, para poderem ser analisadas nesta primeira fase. Frisou que nesta matéria pode vir a ocorrer que as Câmaras acabem por desistir das mesmas candidaturas, caso venha a haver alteração ao próprio aviso para as Câmaras não ficarem prejudicadas. -----

Relativamente à Prioridade 5.2 trata-se de proteção relativamente ao ambiente, especificamente de proteção aos incêndios. Explanou que a CIM BSE entendeu fazer um projeto associado à videovigilância, tratando-se de um sistema de apoio remoto à decisão de combate a incêndios, tal como ficou denominado este projeto. Aludiu que este projeto visa disponibilizar em todo o território câmaras de videovigilância para que os comandos, no caso da Comunidade Intermunicipal é o CDOS da Guarda e o CDOS de Castelo Branco, sendo que este último abrange os concelhos da Covilhã, Belmonte e do Fundão e os restantes concelhos são coordenados pelo CDOS da Guarda. Em suma fica um comando no CDOS para os concelhos respetivos, o que não quer dizer que os dois CDOS não estejam interligados, estes podem interligar-se e tomar decisões conjuntamente de combate a incêndio. -----

Indicou que estão a tentar fazer uma cobertura de cerca de 70% do território, com cerca de dezanove torres de videovigilância, eventualmente o dinheiro não vai chegar para as dezanove torres, mas será depois feito um esforço do concurso público que vai ser lançado, sendo que o mesmo ainda não aconteceu, porque houve Câmaras Municipais que ainda não responderam à questão das localizações. Ou seja, onde estão previstas a implantação das torres, embora tal já tenha sido estudado e já se conhecem os sítios onde vão ser implantadas, estão apenas à espera que algumas Câmaras respondam. Referiu que há uma situação que é necessária ser ultrapassada quer com a Autoridade Nacional da Proteção Civil, quer com o próprio POSEUR, que é a entidade que aprovou a candidatura, contudo é referido na própria candidatura que o caderno de encargos tem de ser aprovado, por uma destas entidades ou pelas duas entidades, havendo um conflito relativamente a esta matéria, dado que foi pedido o parecer do caderno de encargos ao POSEUR, que avoca que não é da sua competência mas da responsabilidade da Autoridade Nacional de Proteção Civil. Por sua vez, esta última diz que também não é nada com eles, sendo que a determinada altura diz: *“lancem a concurso que depois logo se vê”*. Explicou que a CIM BSE não concorda com esta postura, ou as regras estão definidas ou então não pretendem correr o risco de à última da hora serem penalizados, como já aconteceu numa das candidaturas para os Bombeiros, no que concerne ao fardamento, em que houve uma penalização entre 20% a 25%. --- Referiu que no seu entendimento, estavam muito perto de lançarem o concurso, sendo que pretendiam que o mesmo fosse acelerado, de modo a que na próxima época de incêndios os dispositivos estivessem a funcionar. Disse ter conhecimento de que há Câmaras que estão com alguns problemas relativamente a esta matéria, porque falou-se numa antena. Esclareceu que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

esta antena não é para produzir eletricidade, é para proteger os terrenos, para tomar decisões relativamente aos incêndios e para fazer videovigilância, são matérias distintas e como tal, solicitou a colaboração do Município nesse sentido, porque não tem nada a ver com as torres eólicas, tratam-se de torres de videovigilância. -----

Informou que a Prioridade 6.3 está subdividida em património natural e património cultural. Explanou que houve o entendimento que os Municípios que tivessem património natural não tinham património cultural, porque o património cultural foi mapeado, logo as Câmaras Municipais nem sequer puderam escolher estas candidaturas. Aludiu que essa indicação foi dada diretamente pela tutela à CIM BSE, uma vez que a recuperação de monumentos já estava mapeada pelo Estado e dizia respeito ao património cultural. Nesse sentido, os Senhores Presidentes de Câmara entenderam na altura, que quem tivesse este mapeamento cultural em determinados edifícios de carácter e interesse nacional, não estaria no pacote do património natural. -----

Esclareceu que há muitas Câmaras que estão inseridas nesta Prioridade 6.3, no património cultural e estão atrasadas relativamente às candidaturas, porque tem que haver um Pacto com a Direção Regional da Cultura caso o edifício em causa tenha interesse regional, se tiver interesse nacional tem que ir a Lisboa, portanto depende muito da candidatura que é feita, sendo certo que tem que existir este Protocolo assinado entre a Tutela e as Câmaras Municipais, para depois a CIM aprovar a candidatura. Realçou que estavam com alguma dificuldade relativamente a esta matéria, porque da parte do património cultural também houve alguns problemas relacionados com o atraso das candidaturas, porque não têm orçamento previsto para avançarem com um determinado número de candidaturas. No que concerne ao património natural, como é o caso de Manteigas, a responsabilidade da candidatura é da CIM BSE, sendo que a mesma está aprovada, existem pontos de património natural, indicação e sinalização de pontos no território que têm interesse natural para visitaçao. -----

Informou que vai ser feito um mapa de conteúdos e sinalização desses pontos, para esse efeito já decorreram reuniões com o ICNF, com os Bombeiros e com a GNR. Indicou que conseguiram chegar a um acordo com o ICNF, porque a sinalética será muito parecida a dessa entidade, ou praticamente igual, mas com o selo que é da CIM BSE. Neste momento a sinalética está escolhida e a candidatura está na fase da elaboração dos conteúdos, que vão constar em cada um dos mapas que vai ficar no local. Indicou que somente após esse processo estar concluído é que podem colocar a obra em concurso público, para a execução física da colocação da sinalética. Há Câmaras Municipais como é o caso de Manteigas que têm candidaturas próprias relativamente ao património natural. No caso de Manteigas trata-se de um passadiço que está previsto no Ribeiro da Vila, assim como em outros concelhos estão previstos Centros de Interpretação, ou Centros de Recuperação de aves de rupícolas, como é o caso de Gouveia. Fez votos que as Câmaras apresentem os projetos ao Património Natural com a máxima celeridade, porque a CIM BSE está em condições de submeter as candidaturas até ao final do ano em curso.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

As Prioridades 8.3 e 8.8, dizem respeito ao Sistema de Investimento para o Empreendedorismo, ou seja, investimentos e candidaturas para particulares, para criação de empregos, é o denominado *S/2E*, em que há uma comparticipação até 60% a fundo perdido relativamente a esses próprios investimentos. As candidaturas estão abertas e como tal, podem apresentar candidaturas rapidamente a estas duas prioridades: 8.3 e 8.8. -----

A prioridade 9.7 tem a ver com unidades móveis de saúde, esta candidatura é da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal, que está com alguns problemas em termos de governação desta própria candidatura, porque tem que gerir um conflito que existe, quer com a Associação do Centro de Saúde da Cova da Beira, quer com a ULS da Guarda. Aludiu que como é de conhecimento a ULS da Guarda esteve em transição em termos de presidência e como tal, ia ser agendada uma reunião com a nova Direção para os primeiros dias do mês de julho, com o objetivo de ser encontrado um modelo de governação para as carrinhas de unidades móveis de saúde. A Comunidade Intermunicipal quer que estas unidades móveis sejam também postos de informação relativamente aquilo que o cidadão e o Município pretende junto dessa mesma carrinha, quer por parte da Câmara Municipal, quer por parte da saúde, quer eventualmente também servir de biblioteca. -----

A prioridade 10.1 diz respeito ao Abandono Escolar, explicou que foi submetida uma primeira candidatura relativamente ao abandono escolar, entretanto por parte do Governo foi criada uma Unidade para o efeito, porque as candidaturas que estavam a aparecer não estavam em consonância com aquilo que se pretendia em todas as Comunidades, por isso foi criada uma Unidade de Missão, na CCDR, para coordenar estas mesmas candidaturas. Neste seguimento, deu conhecimento que a CIM BSE foi aconselhada por parte dessa Unidade de Missão a alterar essa candidatura, que foi submetida na data desta sessão. -----

A prioridade 10.5 tem a ver com a recuperação de escolas, sendo que nesta prioridade também há duas possibilidades: há o mapeamento das escolas, ou seja, aquelas escolas que são do Estado e que este quer ver recuperadas e para o efeito vai fazer uma parceria com as Câmaras Municipais e aquelas escolas que são da responsabilidade das Câmaras Municipais fazerem candidaturas para a recuperação das mesmas. Deu conhecimento que a Câmara Municipal de Manteigas submeteu uma candidatura de recuperação da Escola Profissional de Hotelaria. Por sua vez, a CCDR informou sucessivamente o Município que ia abrir um aviso próprio para este efeito, porque o aviso que estava aberto não permitia enquadrar esta candidatura. No último momento a CCDR veio dizer que não era possível e que a Câmara de Manteigas tinha que arranjar uma alternativa para proceder à recuperação da Escola de Hotelaria. -----

Explanou que estas são as Prioridade que estão inseridas no Pacto da CIM BSE, sendo que existem mais algumas candidaturas para além do Pacto, que se prendem com os Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU's) e candidaturas que se prendem com os Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARUS's). Os PEDU's são recuperações de áreas urbanas





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

para cidades de nível superior, depois existem os PARU's para os meios mais pequenos. Alegou que não concordava com este conceito, até podia haver denominações diferentes para os Programas, desde que não houvesse diferencial em relação aos montantes que foram aprovados para os PEDU's e depois as "migalhas" que foram aprovadas para os PARU's. Afirmou tratar-se de uma disparidade abismal. Existem cinco Câmaras Municipais que foram contempladas com uma verba na ordem dos dez milhões de euros (10.000.000,00€), depois houve os meios pequenos a quem coube cerca de seiscentos mil euros (600.000,00€) ou quatrocentos mil euros (400.000,00€). -----

Explicou que estas candidaturas eram para ser da responsabilidade das Comunidades Intermunicipais, nomeadamente da CIM BSE, que assumiram a responsabilidade de fiscalização e de aprovação das candidaturas, contudo, atualmente a competência ainda não foi definida para as Comunidades Intermunicipais, logo desconhece-se o que está a acontecer neste processo. A CCDR está a dialogar diretamente com as Câmaras Municipais, o que na sua opinião não era correto, porque a CIM BSE deveria ter conhecimento do que se está passar no território, uma vez que se tratam de fundos muito importantes, em termos de reabilitação urbana. Aludiu que a Comunidade Intermunicipal tem conhecimento que a maioria das Câmaras já está a avançar com as suas candidaturas, porque se o fizerem até ao final do ano vão buscar mais 10% em termos de fundos comunitários, ou seja, passam dos 85% para os 95%. -----

Referiu que há outras candidaturas que têm a ver com a Cultura em Rede, que também é um Pacto suplementar, que se prende com atividades culturais que vão ser desenvolvidas em todos os territórios, nomeadamente nas quinze Autarquias. Informou que foi submetida uma candidatura de um milhão e quinhentos mil euros (1.500.000,00€) que já foi aprovada, tendo sofrido um corte de trezentos mil euros (300.000,00€). Esta candidatura abrange três áreas da cultura: música, dança e teatro. Isto é, será contratado um coreógrafo, um encenador e um músico de renome, que posteriormente, juntarão em cada um dos territórios gente que têm apetências nessas áreas. Esses artistas vêm ensaiar e ensinar as pessoas que estão em cada uma das regiões, são quinze Câmaras, para depois com eles fazerem uma digressão pelo território. -----

Indicou que existe ainda uma outra candidatura de um milhão e quatrocentos mil euros (1.400.000,00€), que tem a ver com os produtos turísticos integrados, ou seja, promoção do nosso território. O objetivo é fazer um site onde a divulgação dos produtos turísticos do território seja feita com qualidade e de uma forma integrada, onde conste a divulgação profissional, assim como a divulgação da nossa gastronomia, do nosso potencial a todos os níveis. Nesse sentido, esta candidatura tem que estar em consonância com o Turismo Centro de Portugal e está em vias de aprovação. O termo de aceitação relativamente a esta candidatura ainda não foi assinado, tendo a CIM BSE sido informada que brevemente iria ter resultados sobre a mesma. -----

Deu nota que a CIM BSE desenvolve outras atividades, nomeadamente nos Subsistemas de Investimento, com parcerias com a AMA, com o Instituto Politécnico da Guarda e com a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Universidade da Beira Interior. -----

Aludiu que um outro assunto que lhe foi solicitado esclarecimentos é relativamente aos territórios de baixa densidade. Explanou que na última reunião que teve com a Dra. Helena Freitas, em Fornos, teve a oportunidade de lhe transmitir que a CIM BSE gostaria que os efeitos práticos das medidas que o Governo apresentou para os Territórios de Baixa Densidade fossem mais rapidamente implementados. Disse que nesse sentido a CIM BSE concordava com todas as medidas, uma vez que, logo à partida os Territórios de Baixa Densidade têm em termos de fundos Comunitários uma majoração de mais 15%, dependendo dos avisos. Portanto, já é uma boa medida para os Territórios de Baixa Densidade, contudo a CIM BSE pretendia mais. Explanou que fizeram a proposta para que os impostos nos Territórios de Baixa Densidade deixassem de existir. Admitiu que, eventualmente, poderia ser considerada uma medida drástica, contudo se tivéssemos em linha de conta os impostos que pagamos, comparativamente com o resto do país e até com territórios de alta densidade, se calhar a medida não era assim tão descabida. Assim como, na sua opinião, não seria um pacote tão desequilibrado por parte do Governo, se nos territórios de baixa densidade houvesse isenção de impostos e não houvesse custos de contexto, como por exemplo as portagens e outras taxas que pagamos e que não devíamos de pagar em colaboração com os Municípios. Reiterou que esta é a sua opinião pessoal, que nada tem a ver com o Conselho Intermunicipal, tendo sido a opinião que transmitiu à Dra. Helena Freitas, porque no seu ponto de vista, somente dessa forma será possível os Territórios de Baixa Densidade conseguirem cativar investimento e empresários para se fixarem no nosso território e criarem empregabilidade. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a explanação realizada pelo Senhor Primeiro Secretário da CIM BSE, solicitou-lhe ainda a possibilidade de colocar esta matéria em debate na Assembleia e eventualmente prestar mais alguns esclarecimentos que pudessem ser solicitados pelos Senhores Deputados. Verificando a intenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria em intervir concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria indicou que tinha estado atendo à explanação prestada pelo Senhor Primeiro Secretário da CIM, sendo que a parte que mais lhe agradou ouvir, foi que somos um território que precisa de soluções muito objetivas e concretas para travar a desertificação humana. Explanou que muito embora todas as ações mencionadas não são de desvalorizar, ainda assim, não serão uma resposta objetiva a esta desertificação humana. Concordou que relativamente ao investimento e à compensação através da isenção de impostos, esse seria o caminho que traria mais vantagens para o Interior. Afirmou que é necessário haver ações concretas que fixem as pessoas, porque sem haver fixação de pessoas todas as outras ações ficam quase vazias da sua essência. -----

Relativamente à Ação 6.3 Património Natural, foi dito que a Câmara Municipal tem um projeto próprio que é o Ribeiro da Vila. Nesse sentido questionou se para além desse projeto da Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

há outros projetos próprios, ou cada Município só pode ter um projeto. Na medida em que considera que Manteigas tem um património natural riquíssimo e sendo o concelho de Manteigas um concelho de Montanha, que se quer valorizar precisamente por esse património, havendo gente que procura esse património que nós temos, ainda assim existe uma lacuna enorme: falta um bom parque de campismo, e o concelho de Manteigas tem possibilidade de ter parques de campismo e não os tem. Questionou se existe algum projeto ou plano de financiamento para vários parques de campismo que possam vir a existir no concelho de Manteigas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra indicou que na sua opinião o montante de quarenta e quatro milhões (44.000.000,00€) é uma verba muito reduzida para abranger tantas medidas, nomeadamente as candidaturas dos sectores, visto que por exemplo a Direção Regional de Agricultura vai buscar a este montante uma parte da verba de que necessita. Relativamente à questão dos estornos nas candidaturas de eficiência energética com as economias de energia, questionou se tal é feito na totalidade das economias ou numa percentagem. Perguntou ainda, se o empreendedorismo para incentivos até 60% estava aberto a qualquer entidade. -----

----- O Senhor Primeiro Secretário da CIM BSE esclareceu que relativamente à questão das candidaturas de eficiência energética, há uma recuperação em percentagem. A título de exemplo, referiu que em cem euros (100,00€) poupamos trinta euros (30,00€), há uma reposição nesses trinta euros (30,00€) de uma percentagem, ou seja, nessa poupança de trinta euros (30,00€) vai haver uma reposição de cerca de 70%, que é pago pelas Autarquias e recuperado dentro de quinze ou vinte anos. Considerou que não é uma medida interessante para a maioria das Câmaras. No que concerne ao empreendedorismo com um fundo perdido de 60%, é uma medida para investidores particulares, para microempresas ou pequenas empresas, não se aplica às Câmaras Municipais. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou a palavra, agradeceu ao Senhor Primeiro Secretário Executivo da CIM BSE a disponibilidade que teve para nesta sessão do Órgão Deliberativo prestar estes esclarecimentos. Declarou ser um dos responsáveis pela sua presença nesta sessão, devido ao relato que juntamente com o Senhor Primeiro Secretário da Mesa têm vindo a fazer das sessões da Assembleia Intermunicipal. Aludiu que através desta explanação do Senhor Engenheiro António Ruas, tinham tido acesso a uma grande parte da informação, que até então, não lhes tinha sido prestada nas Assembleias Intermunicipais. Explanou que uma parte dessa informação serviu para confirmar que o Portugal 2020 demorou imenso tempo para entrar em andamento e com isto tudo perderam-se quase três anos de Quadro Comunitário. -----  
Indicou que a questão que pretendia levantar prendia-se com a Missão para o Interior. Recordou que a Dra. Helena Freitas na última Assembleia Intermunicipal, realizada em Fornos, fez uma exposição sobre o ponto de situação do Programa, e a ideia com que tinham saído dessa reunião é que se trata mais de um Programa de intenções do que propriamente um Programa para executar. Questionou qual era a opinião pessoal do Senhor Primeiro Secretário da CIM BSE sobre



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

o assunto, disse que tinha conhecimento que ia um bocadinho de encontro à opinião que tinha transmitido na Assembleia, mas gostaria que o Senhor Engenheiro António Ruas a pudesse transmitir, nesta sessão, de viva voz para que tanto o Órgão Executivo como o Órgão Deliberativo pudessem ter opiniões diferentes, daquelas que ele e o Senhor Primeiro secretário da Mesa tiveram a oportunidade de expressar na última Assembleia Municipal. Questionou ainda o Senhor Primeiro Secretário da CIM o que é que, na sua opinião, falhou nesta tentativa de passar da CCDDR para as Comunidades Intermunicipais a gestão do Quadro Comunitário e o que é que devemos aprender com esta situação para um futuro Quadro Comunitário. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra agradeceu a explanação do Senhor Primeiro Secretário da CIM BSE, Engenheiro António Ruas. Disse que ia fazer uma síntese da intervenção deste, na medida em que ele também era uma presença obrigatória no Conselho Intermunicipal. Explicou que ia dividir a sua intervenção em duas: tal como o Senhor Deputado Nuno Soares tinha questionado e bem, qual o motivo de o processo não ter evoluído ao longo do tempo e qual a razão de não ter passado para a CIM, como inicialmente estava previsto. Explicou que desde dois mil e catorze que as Câmaras Municipais esperam que haja verbas disponíveis e não houve em dois mil e catorze, nem nos anos seguintes. O que significa que são três anos de mandato das Câmaras Municipais, o que causa muitos constrangimentos às Autarquias, principalmente a Câmaras Municipais que vivem essencialmente de transferências do Estado e de Fundos Comunitários, como é o nosso caso. -----

Declarou que o tempo foi altamente perdedor, relativamente à utilização de verbas em tempo útil. A Câmara de Manteigas foi a primeira Autarquia na CIM, que fez candidaturas às ARU's, tendo obtido logo um valor acrescido de quarenta mil euros (40.000,00€) sobre os quatrocentos mil euros (400.000,00€) e executou ainda parte dessa verba até ao final do ano em curso. -----

Relativamente aos PARU's, o Município tem um PARU de quatrocentos mil euros (400.000,00€) quando Gouveia tem um PEDU na ordem dos seis milhões de euros (6.000.000,00€), a Guarda tem cerca de oito milhões de euros (8.000.000,00€) e o Fundão outro tanto. Entretanto as Câmaras pequenas como a nossa têm cerca de quatrocentos mil euros (400.000,00€), o que significa que é algo que deve ser repensado, porque os pequenos têm cada vez menos, é uma descentralização em que os pequenos não são tidos em conta. No que concerne ao modo como as candidaturas aparecem, umas foram feitas pela CIM para todos os Municípios. Esclareceu o Senhor Presidente da Junta de Santa Maria, que relativamente ao património natural o Município de Manteigas tem as suas próprias candidaturas, em que está incluído o Ribeiro da Vila e a homologação dos percursos. Fez alusão que o Senhor Engenheiro António Ruas tinha referido na sua intervenção, que vai haver os chamados indicadores de percursos, com um conjunto de logística indicativa, que será comum a todos os Municípios. -----

Referiu que por outro lado há candidaturas cujas convocatórias são executadas pela CIM, esta entidade faz as suas próprias candidaturas, outras são as Câmaras que executam, há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

convocatórias e há avisos. No que diz respeito aos avisos referiu que a Escola de Hotelaria de Manteigas, que está num estado em que necessita de obras, a nível do telhado, das janelas, das portas. Explicou que nesse contexto tinha questionado a Senhora Presidente da CCDR, qual o motivo da Escola de Hotelaria não vir contemplada, quando a Câmara apresentou na sua candidatura através da CIM a Escola de Hotelaria de Manteiga. Deu conhecimento que tinha sido indicado pela CCDR, que tinha sido um lapso e que essa Escola ia ser integrada, isto aconteceu há mais de um ano. Declarou que sucessivamente o Município e a CIM contactaram a CCDR nesse sentido, sendo que há menos de um mês foi recebida a indicação, que a Escola de Hotelaria como não pertencia ao tecido oficial do Ensino não podia ser abrangida por esta candidatura. Em suma, um ano depois de a CCDR ter dado indicações para o Município aguardar, para mandar fazer os projetos, que estão feitos e gastou-se dinheiro nos mesmos, há última da hora não pode haver candidaturas para este efeito. -----

O que significa que para além das verbas serem minúsculas, porque trata-se de quarenta e quatro milhões de euros (44.000.000,00€) para toda uma Comunidade de Autarquias e que engloba diversas Prioridades, desde património cultural, em que estão incluídos a reabilitação de castelos, muralhas e todo um conjunto de património, que já está devidamente mapeado, estando também as Escolas Secundárias já previstas nesta matéria, o Município de Manteigas nada irá ter nesse campo. Prosseguiu referindo que no que concerne à energia o processo ainda é mais grave. Os estudos foram feitos, poderia ser feita dois tipos de poupança: a poupança nas piscinas, fazendo bombas de calor, substituindo as atuais bombas de aquecimento; relativamente à iluminação pública houve duas penalizações. Primeiro pela Associação Nacional de Municípios, que quase nos obrigava a assinar um contrato prolongado com a EDP e depois a própria CCDR, que também nos encaminha no mesmo sentido, dizendo que ia haver alterações sobre esta matéria. -----

Aludiu que neste contexto teve uma reunião com o Senhor Secretário de Estado em que não houve qualquer conclusão. Desconhece-se se há o retorno da eficiência, se é total ou parcial, como vai ser. Neste momento o concurso está aberto há mais de meio ano e nada se resolveu ainda, porque nada está feito. Disse que foram realizadas candidaturas, inclusivamente a Câmara de Manteigas realizou candidatura nesse sentido, contudo se a mesma for aprovada não se avançará com este processo e não será assinada essa candidatura, porque o Município pretende abrir concurso público, para que um privado pegue na iluminação pública, sendo que a parte que diz respeito à eficiência energética será utilizada de outra forma, eventualmente, até mesmo na Escola de Hotelaria. -----

Esclareceu que a CIM não tem culpa relativamente à negociação, que demorou quase dois anos a ser concluída rumo ao Pacto, depois das negociações que houve com as Câmaras Municipais. Informou que relativamente ao património natural a Câmara de Manteigas terá uma verba muito reduzida de cento e oitenta mil euros (180.000,00€), que não dará para muito. -----

Aludiu que para além das verbas serem menores, além de haver divisão dentro da própria CIM, no



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que se refere à regeneração urbana das cidades e a regeneração urbana dos concelhos urbanos pequenos, em que se verifica uma discrepância que ultrapassa as dez vezes, isto significa que os avisos vêm cheios de gafes, de erros de continuidades, tanto que agora estão permanentemente em abertura, até porque não estão devidamente gizados e conformados, em ordem a darem respostas às questões que são colocadas. Ainda assim, a Câmara de Manteigas junto da CIM é aquela que está mais avançada em termos de preparação e apresentação de candidaturas. -----

----- O Senhor Primeiro Secretário da CIM BSE solicitou a palavra esclareceu que tem vindo a aconselhar os Senhores Presidentes de Câmara e os Senhores Presidentes de Junta que não há candidatura possível sem ter um projeto, sem ter um objetivo. É verdade que Juntas de Freguesias tem referido que não têm dinheiro para realizarem projetos, mas às vezes é necessário que levem em carteira determinado número de projetos e correr alguns riscos para conseguirmos candidaturas. -----

Concordou com o Senhor Presidente da Assembleia que quarenta e quatro milhões de euros (44.000.000,00€) a dividir por quinze Câmaras e por estes projetos todos é pouco, em média não calha mais de cerca de dois milhões de euros (2.000.000,00€) a cada Município, porque há verbas que não são diretamente das Câmaras Municipais, são da Administração Central e outras da Direção Regional da Agricultura. Contudo, disse que no seu ponto de vista os Municípios têm que gastar muito pouco, porque caso contrário não têm poder reivindicativo quando chegarem a meio do Quadro, de forma a poder renegociar este Pacto. Recordou que tem sempre solicitado aos Senhores Presidentes de Câmaras que remetam candidaturas, para que pelo menos as mesmas fiquem aprovadas, compromissadas e que se esgote a pouca verba que temos. -----

No que concerne à parte que é da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal, disse que também estão com algumas dificuldades, tal como já tinha referido, nomeadamente na Prioridade 5.2, em que só existe cerca de oitocentos mil euros (800.000,00€) para lançar o concurso da Rede de Videovigilância. Para as Unidades de Saúde têm quinhentos mil euros (500.000,00€), o que é completamente insuficiente, necessitavam de outros quinhentos mil euros (500.000,00€), sendo que estão a tentar arranjá-los de alguma forma, para poderem lançar estes concursos rapidamente. Explicou que só desta forma podem a meio do Quadro renegociar o mesmo para arranjar mais verbas. Disse que no seu ponto de vista as Prioridades 8.3 e da 8.8 são medidas importantes quer para a empregabilidade, quer para as micro e pequenas empresas e como tal devem apresentar rapidamente candidaturas. Deu nota que estão previstos dois avisos e na sua perspetiva o dinheiro esgotará até outubro, logo quem tiver projetos interessantes devem dialogar com a Câmara Municipal, para terem projetos em carteira numa possibilidade de reprogramação ou de recurso do próprio Pacto. -----

Indicou que relativamente às questões pessoais que lhe foram colocadas, a sua opinião era publicamente conhecida. Referiu que no seu entender as medidas que foram anunciadas para os territórios de baixa densidade são positivas, mas não são de eficácia imediata como todos





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

gostariam que fossem. Por outro lado, disse que todos também têm que pugnar muito por isso, para que as medidas sejam eficientes, sejam efetivas e deem retorno, nomeadamente nestas Prioridades 8.3 e 8.8. Mencionou que na altura a Dra. Helena Freitas não concordou com sua ideia relativamente aos impostos, tendo alegado que isso não era medida nenhuma para territórios de baixa densidade, que não trazia uma mais valia. Reiterou que no seu ponto de vista é mais-valia, porque se nos reportarmos ao tempo dos Reis, em que os Forais vieram abolir um determinado número de impostos, facilmente se pode constatar que se tratou de uma mais-valia para os territórios onde esses os mesmos foram implementados. Nos dias atuais essa redução de impostos, por exemplo nas portagens que estão a penalizar os territórios de baixa densidade e que deviam de ser abolidos à semelhança de outros impostos, seriam uma mais-valia. -----

Declarou que grande parte do nosso território está cheio de lotes para a implementação de indústrias, contudo isso não se verifica. Efetivamente vai haver medidas que podem ser benéficas para o nosso território, mas também essas tardam em vir, nomeadamente a ferrovia. Explicou que se a ferrovia estiver a funcionar bem, nomeadamente da Beira Baixa e Beira Alta, será extremamente importante e uma mais-valia para o nosso território. Afirmou que é preciso começarmos aos poucos e acreditarmos naquilo que é nosso, porque por vezes não acreditamos, e acabamos por ir investir em Aveiro, Lisboa ou no Porto e não investimos no nosso território, porque temos medo, porque não há pessoas. Disse que gostaria de contrariar sempre essa ideia, temos que apostar em nós, temos que começar mais pequeninos para irmos crescendo. ----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a disponibilidade e os esclarecimentos prestados pelo Senhor Primeiro Secretário da CIM, Engenheiro António Ruas. Não havendo mais inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos deu-o como encerrado. -----

-----PONTO 2.3-----

-----INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- O Senhor Presidente da Mesa recordou que relativamente a este ponto tinha remetido um e-mail a todos os elementos da Assembleia, onde solicitava que as intervenções que tinham para fazer neste ponto fossem realizadas no último ponto da Ordem de trabalhos, por forma a que os trabalhos decorressem de forma célere. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos solicitou a palavra, explicou que como desconhecia a que horas esta sessão ia terminar e como ainda nesta data tinha de regressar a Lisboa, por motivos pessoais, não tinha a certeza se ia estar presente na sessão quando decorresse o ponto Cinco da Ordem de Trabalhos. Assim sendo, pediu que neste ponto lhe fosse permitido apresentar uma proposta à Mesa da Assembleia, que leu e que em seguida se transcreve: -----

*“Proposta*

*No verão de 2016, para ser preciso na Reunião desta Assembleia Municipal de Setembro apresentei a nossa opinião sobre o incêndio que consumiu cerca de 600 hectares de área e referi:*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*“Mais uma vez se assiste a uma grave realidade de incêndios, dramas de quem vive ou tem os seus pertences nas regiões afectadas como foi recentemente em Manteigas em pleno Parque Natural da Serra da Estrela.*

*Para a CDU a política de Proteção Civil não pode continuar a secundarizar a prevenção, falando ou procurando intervir em cima dos problemas e sim prevenindo-os. O Sistema de Proteção Civil tem vivido há muitos anos, no sub-financiamento e desequilíbrio financeiro, na desvalorização dos direitos dos profissionais envolvidos, na insuficiência de meios daqueles como os Bombeiros voluntários que dão tudo de si.*

*Consideramos necessária uma política de Proteção Civil que a par do combate aos incêndios e de resposta de emergência a outras graves ocorrências, privilegie a prevenção com a promoção de estudos científicos e a elaboração e cumprimento de cartas de risco e planos de emergência e socorro; incentive uma cultura de segurança e proteção civil e o ordenamento e prevenção eficaz da floresta.*

*Para uma nova política de Proteção Civil torna-se necessário assegurar com verbas do Orçamento do Estado o funcionamento de todo o sistema de proteção civil e respeitar a autonomia das autarquias e valorizar todos os agentes da proteção civil, nomeadamente os bombeiros, com a atribuição dos meios financeiros e técnicos e a formação necessários. Exige-se igualmente o reforço dos meios de socorro, quer do INEM, quer das associações de bombeiros, e a revisão dos mecanismos de coordenação e orientação dos meios, abandonando critérios restritivos em vigor, de forma a garantir uma mais rápida e qualificada intervenção e adequada cobertura pública de todo o território e população.*

*Estamos solidários com as populações afectadas, valorizamos o trabalho dos Bombeiros envolvidos que combateram um incêndio em tão duras e difíceis condições e reafirmamos tudo continuar a fazer na defesa dos meios e políticas necessárias por um sistema de Proteção Civil capacitado e eficaz.”*

*Em 2003 a nível nacional arderam 425.000 hectares e morreram 21 pessoas. Em 2005 339.000 hectares e a partir de 2010 perdemos uma média anual de 3% da floresta devido aos incêndios.*

*Assistimos a novas tragédias em 2013 e 2016 (vide o que aconteceu neste último ano em Manteigas).*

*De 1892 a 1992 fomos o país do Mundo em que a floresta mais cresceu e de 1996 a 2017 um dos países do mundo que mais floresta foi destruída pelo fogo.*

*Nos anos 80 do século passado havia o sonho que no futuro economia e ecologia se uniriam, isto é, natureza e o lucro económico se sustentavam. O sonho mantém-se mas a realidade sócio-política dos anos seguintes transformou-o num terrível pesadelo que hoje vivemos.*

*As árvores autóctones deste país, desta Serra e deste Concelho de Manteigas nomeadamente o Carvalho, o Castanheiro, a Tramazeira, a Azinheira, o Freixo, o Salgueiro e a nível nacional o*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Sobreiro têm vindo a diminuir e por acaso são tudo Folhosas. Quer isto dizer que têm pouca capacidade de combustibilidade e de propagação inter-árvores durante um Fogo.*

*A outra espécie nativa, o Pinheiro Manso que começa a ser plantada de forma intensa a partir do séc. XIII com o rei D. Dinis, apesar de Resinosa sempre foi indígena e também tem vindo a reduzir a sua população. Entretanto a espécie vinda da Austrália juntamente com outra invasiva temível a Acácia Amarela, que é o Eucalipto e é uma resinosa, desde o fim dos anos 80 até agora tem vindo a crescer exponencialmente e ocupa hoje o 1º lugar em Portugal com 811.000 hectares de plantio. Tendo em conta estas pequenas considerações proponho uma discussão sobre este tema a partir de uma análise científica e política que apresentarei na próxima reunião da Assembleia Municipal e agradeça o agendamento na Ordem de Trabalhos sob o título:*

*“A floresta portuguesa, os fogos e a Serra da Estrela”*

*José Manuel Novo de Matos  
Deputado Municipal da CDU  
Sameiro, 30 de Junho de 2017”*

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro no uso da palavra cumprimentou todos os presentes. Indicou que queria respeitar o pedido efetuado pelo Senhor Presidente da Assembleia, no sentido de as intervenções serem breves neste ponto. Explicou que a questão da Escola Primária já tinha sido abordada na pretérita sessão da Assembleia Municipal, sendo que por razões profissionais não pode estar presente, e foi novamente nesta sessão levantado o assunto pelo Senhor Presidente da Assembleia de Junta de Freguesia de Sameiro, que expôs uma questão que a população de Sameiro tem suscitado. Fez alusão que na última Assembleia de Freguesia de Sameiro, o candidato pelo PSD à Junta de Freguesia afirmou e ficou escrito em Ata, que devido à afetividade e às gerações que passaram naquela Escola, que ele próprio era contra a venda desse imóvel. -----

Referiu que dava a impressão que o culpado desta situação é o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro que não fez nada, que não tinha soluções. Explanou que o Edital da venda da Escola Primária foi feito numa sexta-feira, chegou à Junta de Freguesia na terça-feira seguinte, sendo que ficou extremamente incomodado com a situação e por isso consultou juristas, mas não havia nada a fazer, dado que a Câmara era proprietária do edifício em questão. Indicou que tinha conhecimento que muitas Câmaras, como por exemplo Belmonte, doaram as Escolas às Associações, a Instituições, não venderam a Escola, isto são opções políticas e não vale a pena a empurrar os problemas com a barriga e culpar demagogicamente pessoas que não foram envolvidas no processo. -----

Na assinatura do Protocolo a Junta de Freguesia de Sameiro solicitou à Câmara Municipal para a Junta ficar com a Escola. Contudo, a autarquia que preside nunca podia ficar com a Escola pelo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

preço que foi vendida, para o efeito tinha de deixar de reparar o *dumper* que está avariado, o Jipe, comprar combustíveis e tinha que colocar nove trabalhadores na rua, numa Freguesia que tem cerca de duzentos e quarenta eleitores. Disse que isto são opções, ou colocava os trabalhadores no desemprego e parava toda a ação da Junta de Freguesia, e mesmo assim o dinheiro não chegava para adquirir a Escola Primária. -----

Aludiu que foi feito um abaixo-assinado, juntou-se pessoas, tentou-se sensibilizar a Câmara, mas esta foi para a frente com o processo. Frisou que o Senhor Presidente da Câmara lhe remeteu uma missiva, com data de dezasseis de junho, onde refere que relativamente à primeira Escola Primária, as duas entidades podiam conjuntamente encontrar soluções, até por uma questão de museologia do espaço. Afirmou que isso é uma boa *démarche* (abordagem): “vamos falar, vamos conversar”. Referiu que no seu ponto de vista era assim que se deveria ter agido em relação ao edifício da Escola Primária que foi vendido, a Câmara deveria ter juntado não só a Junta de Freguesia, como as Associações locais e estas opinarem e darem sugestões sobre o assunto. ----

Recordou que no dia da escritura brincou-se com a situação da Escola, e inclusivamente foi dito o que em seguida se reproduz: “*se a Escola ficasse nas mãos da Junta de Freguesia como é que eles iam compor aquilo, o edifício ia-se degradar, não é sítio para se lá pôr materiais, fazer de armazém. Já vendemos muito património e foi a primeira Junta a colocar entraves*”. Explanou que estava em Portugal há cerca de trinta anos, nunca nenhuma Junta de Freguesia se preocupou em fazer um armazém em Sameiro, portanto não era agora em dois ou três meses que se iria colocar uma Junta de Freguesia contra a parede. Por outro lado, especulam-se nas redes sociais, porque na História não se julgam os acontecimentos quando se estão a desenrolar, a História faz o julgamento depois dos acontecimentos acontecerem. Reconheceu que provavelmente a Junta de Freguesia a que preside não trabalhou corretamente, mas dava a impressão que nesta situação ele tinha sido um Presidente de Junta que não se interessou, que esteve ausente, que não se preocupou. Quando na verdade, a Escola não era da propriedade da Junta de Freguesia, ele não foi consultado, nem ouvido. -----

Aludiu que não concordava com o Senhor Engenheiro António Ruas quando disse que Manteigas não tem património cultural, dado que em Sameiro foi recentemente descoberto um sarcófago que já existia e que agora está visível, na Igreja de Sameiro. Avocou que Manteigas tem património cultural e natural, não tem só património natural, tem património imaterial, tem património móvel, o concelho tem procissões fabulosas, ninguém pode dizer que o concelho de Manteigas não tem cultura. É verdade que não tem castelos, mas tem muita História, é preciso pesquisá-la. -----

Indicou que no seu ponto de vista o mais sensato e equilibrado, no que diz respeito à Escola Primária, era não se mexer nesta fase tão perto das eleições para não criar desentendimentos, para não haver mágoas. Declarou que se sente triste e magoado, julgava que o assunto estava encerrado, contudo voltou-se a falar no mesmo e também ele tinha uma palavra a dizer sobre esta matéria. Admitiu que falhou, mas se calhar todos falharam neste processo, sendo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

eventualmente falhou-se no topo da pirâmide. -----

-----Período da Ordem do Dia-----

-----PONTO 3.1-----

APRECIÇÃO E DEBATE SOBRE OS DADOS ESTATÍSTICOS FORNECIDOS PELO INE, RELATIVOS A MANTEIGAS, QUE FORAM FACULTADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL PARA SESSÃO DE 24/02/2017.

----- ANÁLISE DO DIAGNÓSTICO SOCIAL DE MANTEIGAS À LUZ DE TAIS DADOS -----

----- O Senhor Presidente da Mesa recordou que este assunto foi levantado na sessão de vinte e quatro de fevereiro, tendo o Senhor Primeiro Secretário da Mesa, o Senhor Deputado Albino Cardoso, apresentado uma proposta de agendamento deste assunto na Ordem de Trabalhos para ser discutido em conjunto com o Diagnóstico Social de Manteigas. Deu conhecimento que esse Diagnóstico não foi ainda apresentado, dado que ainda está em estudo, de modo que a apreciação deste tema ficará limitada apenas aos dados que foram fornecidos pelo INE. Questionou se alguém deseja usar da palavra para intervir sobre esta matéria, verificando a intenção do Senhor Deputado José Novo de Matos em intervir concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos explanou que no seu ponto de vista este assunto é muito interessante, sendo que nunca tinha tido acesso a tanta informação útil e estatisticamente fiável como agora foi prestada. Na sua opinião só podem gerir um Município se souberem o que ele é e o que ele tem a todos os níveis, é uma arma formidável para quem gere um Município. Contudo, alertou que estes dados remontam ao ano de dois mil e catorze, tendo já passado três anos. Fez alusão ao terceiro parágrafo da carta que foi enviada pelo INE, que refere: "*a informação de retorno, agora enviada e que será atualizada com uma periodicidade mínima anual.*" Indicou que se assim fosse esta informação tinha sido remetida na altura e atualizada todos os anos até ao ano em curso, sendo que consultou o site do INE e verificou que os dados não eram atualizados com esta periodicidade. -----

No seu ponto de vista era interessante poderem comparar esta informação com os dados atuais de dois mil e dezassete, assim como saber qual é a evolução em termos destes parâmetros, quer ao nível da população, quer em termos económicos. Explanou que os dados fornecidos pelo INE foram facultados pelo Órgão Executivo com a melhor das intenções, contudo era pertinente que se chamasse à responsabilidade o INE, porque os dados são de dois mil e catorze. Aludiu que era importante esta Assembleia poder ter um termo de comparação relativamente a estes últimos três anos, para se perceber qual foi a evolução do concelho de Manteigas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra referiu que esta questão também lhe suscitou dúvidas e por isso consultou o *site* do INE, tendo constatado que os dados que foram facultados ao Órgão Deliberativo, são precisamente os mesmos que estão disponíveis no site. Indicou que este reporte do INE é uma informação mais ou menos completa e não acreditava que o INE anualmente atualize este tipo de informação. -----

----- O Senhor Primeiro Secretário da Mesa pediu a palavra, cumprimentou todos os



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

presentes. Disse que na altura em que solicitou o agendamento deste ponto na Ordem de Trabalhos, fê-lo porque considerou pertinente a Assembleia abordar este assunto. Referiu que objetivamente é isso que os mantém no Órgão Deliberativo e trata-se de um tema com o qual se devem preocupar. Explicou que a finalidade de agendar este ponto foi no sentido de colocar toda a gente a pensar e a tentar perceber qual é a realidade que o concelho tem ou já não tem, uma vez que já passaram mais de três anos desde que estes dados foram recolhidos e as coisas evoluíram, sendo que tinha a noção de que a situação do concelho evoluiu negativamente. -----

Referiu que se atentarem nos valores explanados neste documento pode-se fazer comparações e verificar que temos níveis relativos comparativamente com outras zonas e com as médias nacionais que são extremamente preocupantes. Recordou que há tempos o Senhor Deputado António Miguel tinha manifestado preocupação nesta Assembleia, pelo facto de terem sido retiradas duas máquinas de ATM em Manteigas, contudo a análise destes dados permite perceber porque é que essas máquinas de ATM foram retiradas. Alegou que a ausência de Diagnóstico Social de Manteigas fere a abordagem a este tema, porque no seu entendimento o Diagnóstico deve ser um documento atualizado anualmente e isso compete à Autarquia Local, o que não tem sido feito, logo desconhecemos o que é que está realmente a acontecer em Manteigas. -----

Deu nota que tinha solicitado informação sobre o número de alunos em dois mil e seis e em dois mil e dezasseis, tendo verificado que em dez anos o número de alunos em Manteigas reduziu cerca de 50%, e em dez anos é um período muito curto para tirarmos este tipo de constatação. As turmas são compostas por onze ou doze alunos, a maior turma tem dezanove alunos. A forma como é feito o ensino em turmas com onze alunos é muito comprometedor da própria evolução deles e isso é de conhecimento de todos. Quando percebemos a situação real em que o concelho está, para que caminho nós vamos direccionar, as medidas que estamos a tomar e como é que as vamos tomar. Aludiu que o Senhor Primeiro Secretário da CIM tinha confirmado aquilo que já tinham transmitido, estamos muito preocupados com a evolução que o concelho está a tomar. Alertou que se há três anos, em dois mil e catorze, Manteigas tinha três mil duzentos e sessenta e oito habitantes, atualmente teremos muito próximo dos três mil habitantes e residentes serão menos umas centenas, porque há muita gente que continua registada em Manteigas, mas não vive cá, porque, entretanto, teve necessidade de sair. -----

Explanou que esta era a sua preocupação, em querer transmitir esta ideia à Assembleia e deixar a lembrança que tem mesmo que se fazer alguma coisa, se queremos inverter a situação que tem estado a acontecer no concelho. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes pediu a palavra, disse que concordava com as explicações que foram feitas sobre esta matéria. Enquanto representante da Assembleia Municipal no CLAS deu conhecimento que esteve presente na reunião onde foram abordadas algumas questões sobre este assunto, sendo que a reunião foi adiada por mais quinze dias para que os elementos que compõem o CLAS pudessem estudar o assunto e facultarem os dados





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

corretos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa explanou que no seu ponto de vista não deviam terminar este ponto da Ordem de Trabalhos sem deixar alguma expectativa favorável em relação a Manteigas. Aludiu que estes números são realmente preocupantes, no entanto há situações que também vale a pena comparar em relação com a situação da NUT3 (Nomenclatura de Unidades Territoriais), a que Manteigas pertence. Nesse sentido, chamou à atenção que a população que o concelho detém em relação à NUT3 é 1,4% de população, mas com um número de estabelecimentos hoteleiros de 7,4%. Portanto verifica-se uma situação em relação a Manteigas extremamente favorável em relação ao resto da NUT3. -----

Por outro lado, disse que um dado que registava com agrado, é que em dois mil e quatro a percentagem de recolha seletiva que fazemos é de 3,5%, quando a população é apenas de 1,4%, ou seja são expectativas que também são favoráveis. Declarou que a maior parte das conclusões que retiram destes dados são negativas, mas há algumas positivas que convém assinalar. Referiu que o documento que foi apresentado na sessão de fevereiro foi apenas o que continha a estatística, uma vez que faltava ainda o Diagnóstico Social de Manteigas, nesse sentido deu conhecimento que acrescentou a informação da “*Destaque*” para complementar melhor a informação. Não havendo mais inscrições para intervir sobre esta matéria deu como encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

-----PONTO 3.2-----

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS (ANAM) – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE  
----- PROPOSTA DE ADESÃO A ESTA ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PRIVADO -----

----- O Senhor Presidente da Mesa recordou que sobre a Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) tinha tido o cuidado de fazer uma primeira comunicação à Assembleia, na sessão de fevereiro, através de um documento de expediente, que na altura foi apresentado, sobre a intenção de criar esta Associação e que apontava para uma Associação de Presidentes da Assembleia Municipal. Explicou que era assim que os Estatutos se referiam à constituição desta associação. Indicou que ele próprio na altura tinha sugerido, que nos termos daqueles Estatutos, não fazia sentido nenhum a criação de uma Associação deste género. ----- Informou que esta Associação teve uma evolução, nomeadamente numa Assembleia Geral dos fundadores desta associação (e serão fundadores aqueles que se associarem até ao final de dezembro do corrente ano) mas os primeiros fundadores alteraram profundamente os Estatutos desta Associação. Lembrou que inicialmente os Estatutos desta associação previam que mesmo os Presidentes de Assembleia que já não estivessem em funções, se mantinham como associados desta entidade, o que não fazia sentido. Com as alterações ocorridas nesta Associação, quem adere são as Assembleias Municipais dos Concelhos, representadas pelo seu Presidente. Neste sentido disse que já faz sentido a possível adesão da Assembleia Municipal de Manteigas a esta Associação. O objetivo desta Associação é servir de apoio às Assembleias



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Municipais de todo o país. -----

Questionou se alguém desejava usar da palavra para intervir sobre esta matéria, verificando a intenção do Senhor Deputado José Novo de Matos em intervir concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos declarou que concordava com qualquer medida que vá no sentido de unir concelhos, que permita ter maior representatividade a nível do Poder Central, porque uma Associação que reúne todas as Assembleias Municipais do país, tem um poder impressionante em termos de aconselhamento e de influência junto a um poder deliberativo como será a tutela central. Afirmou que concordava com a adesão da Assembleia Municipal de Manteigas à ANAM, sendo que ia votar favoravelmente. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares no uso da palavra indicou que subscrevia as opiniões anteriores, considerou positiva a adesão de Manteigas à ANAM, até porque as Assembleias Municipais não têm um órgão representativo, semelhante ou similar à Associação de Municípios. Embora as Assembleias Municipais também façam parte dos Órgãos da Associação de Municípios, mas o peso relativo das Assembleias Municipais, comparativamente aos Órgãos Executivos, é muito diminuto. Disse que na sua opinião era positiva esta adesão, apenas via com alguma mágoa que a representação seja apenas do Presidente da Assembleia Municipal. No seu entendimento esta Associação teria a ganhar com uma maior representação, por exemplo fazer um escalonamento por Municípios consoante o número de elementos que as Assembleias Municipais tivessem. A título de exemplo referiu que Manteigas podia ter dois representantes, em vez de ser só o Presidente do órgão deliberativo, sendo que em termos de funcionamento da Associação não causaria qualquer embaraço e a Assembleia Geral teria a ganhar com a pluralidade de opiniões. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se mais alguém deseja intervir sobre esta matéria. Verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre esta matéria colocou a **proposta de adesão Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM)** à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

### -----PONTO 3.3-----

#### CONHECIMENTODE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA COM A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL ----- DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA -----

----- O Senhor Presidente da Mesa prestou um breve esclarecimento sobre este ponto da Ordem de Trabalhos. Recordou que é obrigatório vir à Assembleia Municipal tudo o que seja Compromissos Plurianuais. Explicou que no caso concreto trata-se de candidaturas que são feitas através da CIM e cuja componente nacional tem que ser assegurada pela Câmara Municipal, sendo um compromisso por mais do que um ano, ou seja, plurianual. Questionou se alguém deseja usar da palavra para intervir sobre esta matéria, verificando que não havia inscrições deu como encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

**A Assembleia Municipal de Manteigas tomou conhecimento dos compromissos plurianuais**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

para com a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

PONTO 3.4

CONHECIMENTO DO COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA REDE DE ALDEIAS DE MONTANHA E O MUNICÍPIO DE MANTEIGAS

O Senhor Presidente da Mesa explicou que trata-se igualmente de compromisso plurianual. Indicou que como os Senhores Deputados tiveram oportunidade de ver a despesa inerente à ação a desenvolver são quarenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro euros e oitenta cêntimos (42.464,80€), que tem que ser assegurado pelo Município de Manteigas e o reembolso da candidatura vai até trinta e seis mil e noventa e cinco euros e oito cêntimos (36.095,08€), que corresponde a 85%. Referiu que em suma a candidatura será reembolsada em 85% e o encargo da Câmara será na ordem dos seis mil e quinhentos euros (6.500,00€). Colocou este assunto em discussão, não havendo inscrições para intervir sobre esta matéria deu como encerrado este ponto da ordem de Trabalhos.

**A Assembleia Municipal de Manteigas tomou conhecimento do compromisso plurianual referente ao Protocolo de Cooperação entre a Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha e o Município de Manteigas.**

PONTO 3.5

APRECIÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS REFERENTES AO ANO DE 2016

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que os documentos das Contas Consolidadas não foram presentes ao Órgão Deliberativo com o prazo mínimo indispensável de quarenta e oito horas. Aludiu que se trata de um assunto muito melindrosos para ser aprovado fora do contexto normativo. Face ao exposto a Assembleia Municipal não teve conhecimento destas Contas, sendo que este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos e será apreciado numa próxima Assembleia Municipal.

PONTO 3.6

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE APOIO SOCIAL E INCENTIVO À FIXAÇÃO DE PESSOAS E FAMÍLIAS

O Senhor Presidente da Mesa indicou que foi remetida aos Senhores Deputados à nota justificativa da quarta alteração a este Regulamento, que foi criado em dois mil e dezassete e tem uma quarta alteração. Referiu que desta vez não foram indicadas as alterações como era habitual, em que as cores que assinalavam as alterações permitiam com facilidade detetar as mesmas. Solicitou à Câmara Municipal que indicasse quais são as alterações relevantes que tem esta quarta alteração trouxe a este Regulamento.

O Senhor Deputado José Novo de Matos no uso da palavra referiu que este Regulamento já teve várias alterações, que decorreram de reuniões e discussões anteriores a esta Assembleia Municipal, o que permitiu ir acrescentando sempre pequenos detalhes em todos estes artigos. Declarou que não teve oportunidade de ler o Regulamento por inteiro, sendo que o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

devia ter comparado com a última versão que veio à Assembleia Municipal. Sugeriu que as alterações ao Regulamento fossem assinaladas com cores diferentes, para poderem perceber com maior facilidade o que foi alterado relativamente à versão anterior. Declarou que face ao exposto não se podia pronunciar sobre este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que estas alterações ao Regulamento não são feitas em Assembleia Municipal. Este documento tem alterações profundas no que diz respeito ao apoio à aquisição de manuais escolares, que é fruto da alteração legislativa que este ano ocorreu. Reiterou o pedido à Câmara Municipal para que informasse quais são as alterações relevantes neste Regulamento Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento que este Regulamento está em quarta Revisão, mas não é revisão do conteúdo escrito, é uma revisão por aditamento ao que já existia. Elucidou que o Governo deliberou assumir os manuais escolares, sendo que o Município já tinha assumido essa responsabilidade. No que concerne ao *capítulo V – Participação na aquisição dos medicamentos*, indicou que aqui é que reside a novidade deste Regulamento e destina-se a pessoas que tenham determinadas condições e dificuldades financeiras, sendo que no âmbito do apoio social passam a ter direito a parte da comparticipação relativamente à componente privada do pagamento da medicação na farmácia. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa chamou à atenção que a numeração está incorreta no ponto 6, do artigo 14º, que refere: “*os progenitores, cujos rendimentos mensais per capita ultrapassem os valores indicados no número 2 do presente artigo, poderão aceder ao apoio previsto em 6.3*”. Indicou que onde se lê: “*poderão aceder ao apoio previsto em 6.3*”, deverá ler-se: “*poderão aceder ao apoio previsto em 5.3*”. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria registou que no documento a palavra “*concelho*” tanto aparece escrita com letra minúscula, como com letra minúscula. No n.º 1 do artigo 19º é referido: “*Após aprovação definitiva da candidatura, o utente passa a constar numa base de dados e pode beneficiar de comparticipações na aquisição e medicamentos até ao limite estabelecido no n.º 2 do artigo 12.º*”. Disse que não é o n.º 2 do artigo 12º, mas sim o n.º 2 do artigo 16º. -----

----- O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho referiu que na alínea c) do n.º 1 do artigo 22º “*Cessação do Direito ao apoio*”, é referido: “*c) A alteração de residência para outro Concelho e/ou da situação de carência económica, não comunicada à Câmara Municipal no prazo da alínea a) do n.º 2 do artigo 22.º*”, alertou que não é a alínea a) do n.º 2 do artigo 22º, mas sim a alínea a) do número 1 do artigo 21º, sendo no prazo de um mês. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos indicou que pelas explanações que tinha ouvido o Regulamento está um pouco confuso, como tal sugeriu ou o Órgão Deliberativo concorda com o documento na generalidade e depois o Órgão Executivo emenda os lapsos verificados. Ou como, eventualmente, até pode haver mais erros, deve ser primeiro emendado o documento e só



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

posteriormente ser remetido devidamente retificado para os membros da Assembleia. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes aludiu que no seu ponto de vista o Regulamento deveria ser primeiro retificado e só depois deveria ser deliberado em Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa indicou que as correções que foram apontadas a este regulamento tratam-se apenas de erros de numeração, portanto não havia necessidade de adiar a entrada em vigor deste Regulamento, apenas por numeração trocada. Recomendou que a Câmara antes de publicar este Regulamento verifique se o mesmo está devidamente redigido e em conformidade. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha solicitou a palavra, mencionou que a sua intervenção era feita no sentido construtivo. Indicou que no artigo 3.º e de acordo com todos os Regulamentos que já foram aprovados, deveria constar uma alínea que será: *“que não possuam dívidas ao Município”*, como uma das condições gerais de atribuição deste apoio. Alertou que este é um Regulamento de apoio social de incentivo à fixação de pessoas e famílias, como tal no artigo 3.º alínea a) é referido que é necessário que os interessados residam e que sejam recenseados no Município de Manteigas há mais de três anos. Disse que após analisar a nível nacional os Regulamentos dentro do mesmo âmbito, verificou que a maioria deles tem a alínea redigida da seguinte forma: *“que pertençam ao agregado, que se fixem no concelho e declarem que passam a residir neste durante pelo menos três anos após a atribuição de subsídio, sob pena de devolução de todos os apoios recebidos”*, o que considerou que seria mais positivo, mais cativante e útil. ----  
No que concerne ao artigo 12.º baseia-se no IAS, que atualmente é no valor de quatrocentos e vinte e um euros e trinta e dois cêntimos (421,32€), referiu que na sua opinião se o valor de referencia fosse o salário mínimo nacional, eventualmente, iria abranger mais famílias, sobretudo atendendo à atual situação de Manteigas, tal como se pode verificar nos dados apresentados pelo INE. Por último, no artigo 17º relativamente aos medicamentos, a alínea *“a) Cumprir o disposto no artigo 3.º do presente regulamento”*, sendo que o n.º 3 na linha b) refere: *“Que não usufruam de outro tipo de apoios para o mesmo fim”*, nesse sentido chamou à atenção que a maior parte dos pensionistas do nosso concelho já usufruem de outro apoio, através dos lanifícios. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para esclarecer que este Regulamento tem mais do que uma situação: há parte dos beneficiários, contemplada no artigo n.º 2, que são os apoios sociais para a fixação de pessoas, famílias ou indivíduos isolados ou inseridos em agregado familiar, que depois vem dar origem ao artigo 3.º. A parte que diz respeito ao apoio nos medicamentos está contemplado num artigo à parte. Explicou que o que vem exposto neste Regulamento é que quem tm direito ao subsídio de fixação são indivíduos isolados ou inserido em agregado familiar, que residam há mais de três anos; que não usufruam de outro tipo de apoios para o mesmo fim; e que forneçam os documentos legais de prova atualizados. É diferente do artigo referente aos medicamentos, que contempla uma comparticipação na aquisição dos mesmos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Mesa disse que na sua opinião Câmara só tinha vantagens, se no momento em que coloca o documento em discussão pública, enviasse o mesmo por e-mail a cada um dos membros da Assembleia, no sentido de apresentarem sugestões. Aludiu que os Regulamentos vêm transcritos nas Atas do Órgão Executivo, contudo as mesmas também vêm sempre com algum atraso para os membros da Assembleia. -----

----- A Senhora Segunda Secretária da Mesa recordou que no início do mandato era um procedimento habitual ser remetido para os membros da Assembleia os Regulamentos que estavam em discussão pública. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa declarou ser um bom hábito que se perdeu, mas que valia a pena ser retomado. Verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre esta matéria colocou o **Regulamento de Apoio Social e Incentivo à Fixação de Pessoas e Famílias** à votação, tendo **tido aprovado com quinze votos a favor e quatro abstenções**. -----

### -----PONTO 3.7 -----

#### APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MANTEIGAS

#### ----- EMPREENDE MAIS -----

-----O Senhor Presidente da Mesa referiu que no seu ponto de vista este Regulamento não será tão consensual como os anteriores. Questionou porque é que é necessário contemplar os empregos de quem tem habilitações de nível 4/Licenciatura. Aludiu que na sua opinião verificava-se neste Regulamento uma discriminação do emprego, que considerou não ser aceitável. -----

----- O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho elucidou que o Pró-Emprego já abrange os restantes níveis de escolaridade. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganiha no uso da palavra mencionou que com este Regulamento as empresas que tenham auferido o máximo com o *Manteigas Pró-Emprego*, ou seja cento e vinte e cinco mil euros (125.000,00€), podem requerer mais cento e trinta mil euros (130.000,00€) com o *Manteigas Empreende Mais*, o que fez votos que haja muitas empresas. No entanto, um empreendedor que queira dinamizar as iniciativas empresariais no concelho e criar os seu próprio posto de trabalho, mas que tenha sido funcionário numa dessas empresas em que a própria empresa tenha obtido um benefício de cinco mil euros (5.000,00€) através do *Manteigas Pró-Emprego*, não pode com o *Manteigas Empreende Mais* beneficiar, nem dos dez mil euros (10.000,00€), nem dos seis mil euros (6.000,00€), o que no seu ponto de vista é um obstáculo à estimulação da criação de emprego local e conseqüentemente uma situação a corrigir. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos questionou se uma pessoa ao mesmo tempo pode usufruir e manter o *Manteigas Pró-Emprego* e usufruir do *Manteigas Empreende Mais*. Tendo-lhe sido esclarecido que os interessados apenas podiam optar por um dos apoios. -----

----- O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho solicitou a palavra, referiu que tinha uma questão relativamente ao artigo 7.º, no que concerne à garantia bancária que tem de ser prestada, com vista a que o financiamento seja concedido. Explanou que entendia que a Câmara tenha que





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

se garantir a ela própria com os reembolsos, mas o custo de uma garantia bancária, sendo que estavam a falar de empresas novas que não têm ainda história na Banca, ou seja para oferecerem uma garantia bancária daquele valor vão ter que o manter lá cativo. Aliás, as empresas vão ter que oferecer a garantia bancária para depois receberem o incentivo e ficar com o valor da garantia bancária ali depositado durante quarenta meses, sem o poder movimentar. Sendo que do ponto de vista de quem está a começar uma empresa, não é fácil conseguir oferecer uma garantia bancária de vinte mil euros (20.000,00€). Referiu que também tinha visto a solução do seguro, que sem dúvida será sempre mais barato que a garantia. -----

Referiu que tinha verificado no Regulamento algumas gafes de numeração que passou a citar: no artigo 5.º n.º “1. Podem beneficiar dos incentivos referidos no número 1 do artigo 1º”, disse que julgava ser o n.º 1 do artigo 4.º, porque é o artigo que fala dos incentivos financeiros. Na alínea e) do n.º 1 do artigo 5.º quando refere: (...) “e os venham a manter, com o mesmo trabalhador ou substituto conforme n.º 5 do artigo 4º”, disse que considerava que é o n.º 6 do artigo 4.º, porque é o n.º 6 do artigo 4º que regula a substituição dos trabalhadores. -----

No que concerne ao n.º 3 do artigo 6.º onde se lê: “3. Para a concessão do apoio previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3º”, deverá ler-se novamente o artigo 4.º. No artigo 8.º alínea c) lê-se os empregadores obrigam-se: “c) manter, durante pelo menos 3 anos os trabalhadores ou os substitutos que cumpram os requisitos previstos na alínea a) do artigo 2º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 4º do presente regulamento;”, alertou que alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º não refere os requisitos mas sim os benefícios, se a finalidade é falar dos requisitos então deverá ser o artigo 5.º, visto que esse é o artigo que define os requisitos das condições de atribuição. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos pediu a palavra, referiu que o irritava ver que em documentos oficiais aparecerem vocábulos escritos em outras línguas, que não seja a língua portuguesa, a menos que não haja vocábulo em português para dizer o mesmo. Nesse sentido sugeriu que no número 1 do artigo 7.º se substitua o termo “on first demand”, por: “em primeiro pedido” ou “à primeira interpelação”. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha solicitou a palavra, disse que pretendia debruçar-se sobre dois artigos: *artigo 3.º “Âmbito subjetivo – os incentivos financeiros poderão se concedidos a empresas, incluindo as unipessoais que laborem, designadamente, nos sectores da investigação e desenvolvimento (I&D) inovação, novas tecnologias ou turismo qualificado.”* Depois temos o “*Artigo 4.º Natureza dos incentivos*”, sendo que na sua opinião era nesse artigo que algo não está correto. Indicou que é referido no n.º 4 do artigo “4. Não podem beneficiar dos incentivos previstos no presente Regulamento as candidaturas que integrem pessoas singulares que tenham anteriormente sido abrangidas pelos incentivos previstos no “Manteigas Pró-Emprego”, ou seja pessoas singulares, não é empresas. Disse que no seu entendimento é cumulativo o incentivo Pró-Emprego com o Empreende Mais. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa aludiu que a solução era a fusão dos dois Regulamentos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara pediu a palavra para prestar esclarecimentos sobre esta matéria. Explanou que há questões que são perfeitamente legíveis, tal como a que tinha sido apresentada pela Senhora Deputada Odete Ganilha. Indicou que no número 3 do artigo 4.º refere: *“Os incentivos previstos no presente artigo não são cumuláveis com apoios concedidos pelo Município ao abrigo do incentivo à criação do emprego em Manteigas designado por “Manteigas Pró-Emprego”, portanto é claro que quem se candidatou ao Manteigas Pró-Emprego não se pode candidatar ao Manteigas Empreende Mais. Explicou que por sua vez no número 4.º é referido que não podem beneficiar do incentivo pessoas singulares que já foram objeto do Pró-Emprego.* -----

Declarou que este Regulamento tinha de ser assim porque caso contrário tornava-se numa mina de ouro, porque usufruíam do Pró-Emprego, posteriormente apresentavam outra candidatura ao Manteigas Empreende Mais e recebiam o incentivo pela mesma pessoa duas vezes. Um empregado de uma determinada empresa não pode ser objeto dos dois financiamentos. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha alertou que uma pessoa singular não pode beneficiar dos dois incentivos, mas uma empresa pode candidatar-se ao Manteigas Empreende Mais com outro funcionário que nunca tenha usufruído do Manteigas Pró-Emprego. O que significa que essa empresa já recebeu os cento e vinte e cinco mil euros (125.000,00€) do Manteigas Pró-Emprego e vem a receber mais cento e trinta mil euros (135.000,00€) com o Manteigas Empreende Mais, bastando para isso candidatar-se com novos funcionários. Por outro lado, uma pessoa que queira ter uma iniciativa empreendedora não pode, caso já tenha sido alvo do Manteigas Pró-Emprego na empresa para a qual tenha trabalhado anteriormente, contudo quem beneficiou desse incentivo não foi o trabalhador, mas a empresa para a qual ele laborou. ----

----- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra explicou que este Regulamento vem no sentido de um repto que aqui foi lançado, como é que trazemos gente para Manteigas? Como é que trazemos os nossos jovens a quem concedemos Bolsas de Estudo. Aludiu que com o Regulamento Manteigas Empreende Mais está-se a criar um incentivo que é aquele que vai alterar a demografia dos residentes, de pessoas qualificadas, trazer os nossos jovens, criar empresas que os tragam depois de terem sido qualificados com o apoio da Câmara. Sendo que não se pode estar a sobrepor incentivos. -----

Explanou que este apoio é para quem criar três postos de trabalho. Já aconteceu verificar-se pessoas que acabaram por beneficiar pelas duas vias, porque tinham uma empresa com uma designação e depois passaram para outra. E já houve pessoas a criarem postos de trabalho em nomes individuais que se calhar nunca tiveram no concelho um posto de trabalho. Este Regulamento pretende dar resposta aos dados do Instituto Nacional de Estatística que foram analisados nesta sessão e mais, dará continuidade a um processo que já vinha do Pró-Emprego.

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha pediu novamente a palavra para expor o seguinte caso: uma pessoa que tenha estado a trabalhar num restaurante em que empregador candidatou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

esse posto de trabalho ao Manteigas Pró-Emprego, posteriormente o trabalhador foi tirar uma licenciatura, recebeu o apoio da Bolsa de Estudo do Município, e nesse caso o mérito é da Câmara, especializou-se e quer ser empreendedor na sua área de formação, já não tem direito a candidatar-se ao Manteigas Empreende Mais, porque na altura o seu posto de trabalho foi alvo do Manteigas Pró-Emprego, mas quem recebeu o incentivo foi a empresa para a qual ele trabalhou. –

----- O Senhor Presidente da Câmara elucidou que nesse caso esse empreendedor em três postos de trabalho tem dois que são financiados. -----

Referiu que quando fez o seu primeiro investimento à semelhança de outros empreendedores não existiam estes apoios, e como tal teve que recorrer à Banca juros a 40%. Este Regulamento vem permitir uma abertura e oportunidade que no passado não existiam. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes no uso da palavra explanou que se tratam de épocas temporais diferentes, em que as oportunidades de sucesso de um negócio também são diferentes. Há uns anos atrás era mais fácil um empreendedor ter sucesso no seu negócio, mesmo tendo que pagar juros a 40% à Banca, hoje em dia mesmo com estes apoios da Câmara os empreendedores sentem sérias dificuldades em levar o seu negócio a bom porto e por vezes têm que desistir e devolver o dinheiro à Câmara. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara solicitou a palavra para terminar a sua explanação. Aludiu que o problema fundamental de Manteigas e de todo o Interior do País é a fixação de jovens. E este Regulamento pretende acima de tudo fazer essa fixação ou contribuir para essa fixação. Indicou que no seu ponto de vista é um estímulo ao emprego e à fixação dos jovens, é um estímulo ao aumento da natalidade, e por esse motivo se fixaram aquelas tabelas de idade, é um estímulo à fixação de residência, pretende-se com isto levar à mobilidade social de outras localidades para Manteigas. Pediu que fosse dado ao menos o benefício da dúvida a este Regulamento, e eventualmente, daqui a meio ano até apresentar-se ideias melhores para fixarmos jovens, principalmente os bolseiros que chegam ao fim do percurso escolar e não lhes é dada uma oportunidade de se fixarem em Manteigas. O grande objetivo deste Regulamento é pensar nos jovens, na natalidade, na mobilidade social e territorial. -----

----- O Senhor Deputado Alfredo Marcelo pediu a palavra, disse que após ter ouvido as diversas intervenções sobre esta matéria, na sua opinião dever-se-iam fundir os dois Regulamentos: Manteigas Pró-Emprego e o Manteigas Empreende Mais, num só, desta forma deixava de haver discriminação. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos colocou o **Regulamento Manteigas Empreende Mais** à votação tendo sido **aprovado por maioria com um voto contra, quatro abstenções e catorze votos a favor**. -----

Informou que o Senhor José Lopes entregou à Mesa da Assembleia uma Declaração de Voto que em seguida se transcreve: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### *“Declaração de Voto*

#### *À apreciação, discussão, votação e aprovação do Regulamento Manteigas Empreende Mais*

*Os subscritores abaixo assinados votaram favoravelmente a proposta que a Câmara Municipal submeteu apenas para que nem uma oportunidade se perca de criação e emprego em Manteigas até que o Regulamento agora aprovado seja revisto, no sentido de nele acabar com a discriminação de apenas apoiar quem contratar pelo menos 3 trabalhadores com nível IV do ensino profissional ou licenciatura.*

*Trata-se de uma medida discriminatória, que nem as políticas de Trump fariam melhor, pois o acesso ao trabalho e ao emprego deve ser fomentado mediante a adoção de políticas de igualdade, com harmonização das políticas locais de incentivo ao emprego e à empregabilidade.*

*A pretender-se fomentar o aparecimento de empresas dedicadas aos setores de investigação e desenvolvimento, embora com fraca possibilidade de sucesso, era no objeto da sociedade que deveriam fixar-se os setores a apoiar, mas nunca de forma tão vaga como a constante do regulamento “turismo qualificado” ou “novas tecnologias”.*

*Seria bem mais sensato e seguramente com mais sucesso, logo com mais emprego criado, adotar os incentivos mais favoráveis, agora propostos, no “Manteigas Pró-Emprego”, promovendo como que uma fusão dos dois regulamentos.*

*Só a ambição desmedida de a atual Maioria na Câmara se perpetuar no poder, que com esta proposta reforça a sua ideologia liberal, trumpetista e autocrática, justifica o aparecimento de um tal regulamento. Só por nós é votado favoravelmente porque acreditamos o poder rever a curto prazo. Também porque acreditamos que assim goramos os objetivos eleitoralistas a que o mesmo se propunha, ao aliciar os jovens licenciados da nossa Terra, com a mistificação de que até criaram um regulamento a eles dirigido, pese embora a discriminação nele contida.*

*Paços do Concelho de Manteigas aos 30 de junho de 2017.*

#### *Os Subscritores*

*António Manuel de Lemos Santos*

*Oriana Marina Cleto Abreu Moraes*

*Alfredo Serra Carvalho Marcelo*

*José Manuel Abrantes Lopes*

*Joaquim Neves Biscaia”*

---

#### -----PONTO 3.8-----

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE

----- INCENTIVO À PRODUÇÃO DA FEIJOCA – PROPOSTA DE 3ª ALTERAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que o Regulamento de Incentivo à Produção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

da Feijoca também tem as mesmas características dos outros Regulamentos que vieram à aprovação desta Assembleia, esta trata-se da terceira alteração. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos pediu que fosse elucidado das alterações que sobre este Regulamento dado que não tinha tido acesso a essa informação. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa explicou que a alteração prende-se apenas com a semente que deixa de ser fornecida pela Câmara Municipal de Manteigas, como era feito até aqui, tendo os beneficiários a obrigatoriedade resultante do disposto no artigo 10.º de utilizarem como semente feijoca cultivada em Manteigas. -----

Por outro lado, há um acréscimo dos incentivos resultantes do disposto no artigo 4.º, em que numa exploração entre 50m<sup>2</sup> e 500m<sup>2</sup> há a atribuição de oitenta cêntimos (0,80€) por m<sup>2</sup>, de 501m<sup>2</sup> e 1500m<sup>2</sup> é atribuído quarenta cêntimos (0,40€) por cada m<sup>2</sup>. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara tomou a palavra para esclarecer que na subalínea i) da alínea a) do artigo 4.º o incentivo passou de cinquenta cêntimos (0,50€) para oitenta cêntimos (0,80€) e na subalínea ii) da alínea a) do mesmo artigo, o incentivo passou de vinte cêntimos (0,20€) para quarenta cêntimos (0,40€). Em suma as pequenas explorações têm o incentivo melhorado, as grandes explorações têm o incentivo duplicado. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se quem tenha duas explorações acima dos 1500m<sup>2</sup> pode receber os oitenta cêntimos (0,80€) por cada m<sup>2</sup> em cada exploração. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara explicou que nesse caso terá que apresentar duas candidaturas. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha pediu a palavra referiu que na sua opinião no artigo 5.º *Condições gerais de acesso*, falta uma alínea que consta em todos os Regulamentos com a seguinte redação: *“que não se encontra em situação de dívida para com o Município”*. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava pronunciar-se sobre as alterações contidas neste Regulamento. Verificando que não havia inscrições para intervir nesta matéria, colocou o **Regulamento Municipal de Incentivo à Produção da Feijoca – Proposta de 3ª Alteração** à votação tendo sido **aprovado por maioria, com uma abstenção e quinze votos a favor**. -----

No momento da votação o Senhor Deputado António Miguel Carvalho, a Senhora Deputada Fernanda Isento e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro não se encontravam presentes para exercerem o seu direito de voto. -----

-----PONTO 3.9-----

APRECIACÃO, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL –

----- CONTRATO DE TRABALHO A TERMO RESOLUTIVO INCERTO -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava usar da palavra para intervir sobre esta matéria. Verificando a intenção do Senhor Deputado José Novo de Matos em intervir concedeu-lhe a palavra. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos referiu que este assunto é tão lógico que no seu ponto de vista nem sequer tem discussão. -----

**Não tendo sido posto à votação este ponto da Ordem de Trabalhos e logo não tendo havido deliberação sobre o mesmo, será agendado na Ordem de Trabalhos da sessão do Órgão Deliberativo, que terá lugar em Setembro do corrente ano.** -----

### -----PONTO 3.10 -----

APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES A TOMAR EM MINUTA, PARA

-----PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS, DESTA SESSÃO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava usar da palavra neste ponto. Verificando que não havia inscrições propôs que se aprovasse em minuta para produzir efeitos imediatos o **ponto três dois**, o **ponto três cinco**, o **ponto três seis**, o **ponto três sete** e o **ponto três oito**. Colocada à votação tal proposta foi a mesma aprovada por unanimidade dos presentes, portanto tais deliberações foram aprovadas em minuta para produzirem efeitos imediatos. -----

### -----PONTO 4.-----

-----APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria no uso da palavra solicitou um esclarecimento relativamente às empreitadas, Pavimentação da urbanização do Vidoal – em pré-contratação, questionou em que consiste essa pavimentação do Vidoal, se é só intervenção do passeio ou se também visa a intervenção da estrada. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa referiu que tinha ideia que a Maioria da Câmara estava em relações muito frias com o Jornal Notícias de Manteigas, contudo verificou que o Senhor Presidente da Câmara tinha concedido uma entrevista a esse jornal, que iria ser publicada. Solicitou esclarecimentos relativamente a essa matéria. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara elucidou que a pavimentação da urbanização do Vidoal contempla a intervenção dos passeios e da estrada. No que concerne a Jornal Notícias de Manteigas declarou que não tem nada a ver com esse Jornal, nem a bem nem a mal, sendo que quem o tinha entrevistado foi uma jornalista por quem tem a máxima consideração, em termos pessoais e profissionais e tanto essa jornalista como outro que se dirija a si, terá sempre de si a abertura total pela verdade e não o esquematizar situações pré-eleitorais, como disse que verificou na declaração de voto pré-eleitoral que o Senhor Presidente da Mesa tinha realizado nesta sessão. -----

Chamou à atenção que Manteigas tem três/mil em termos de nascimentos e tem vinte e cinco/mil em termos de óbitos, este facto é um problema que não muda, antes pelo contrário, as mulheres em idade fértil reduziram substancialmente, portanto significa que não há apetência natural para que haja aumento dos nascimentos. Esclareceu que o Diagnóstico Social de Manteigas está pronto e já foi remetido para todos os elementos que integram o CLAS, uma vez que já houve a





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

atualização dos dados. Disse ser certo que vamos ter turmas muito pequenas, porque estamos com nascimentos entre nove e doze crianças por ano, o que significa que se corre o risco muito grande de ter turmas demasiado reduzidas para Manteigas. -----

Explanou que tudo o que foi conformado foi no sentido de não politizar, reiterou que não tem nada a ver com o Jornal Notícias de Manteigas, nunca foi sócio do Jornal, nunca tratei mal o Jornal, nem nunca respondi a ninguém no Jornal, assim como também não responde a ninguém nas redes sociais, porque considera que é exigível uma postura sóbria da parte do Presidente de Câmara, assim como a todos os que têm responsabilidade na gestão do concelho. -----

----- O Senhor Deputado Alfredo Marcelo questionou sobre o contrato de geminação com Torre de' Passeri. Recordou que na altura houve a vinda da Comitiva a Manteigas, entretanto há uma sessão e uma assinatura do Protocolo, da qual o órgão Deliberativo não tinha conhecimento. Questionou porque é que aparece a assinatura de um Protocolo de Geminação com Torre de' Passeri sem ser dado conhecimento aos membros da Assembleia. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa explicou que apenas tinha levantado a questão relativa ao Jornal Notícias de Manteigas, porque houve um *post* recente da parte de um responsável da Câmara, onde era referido que o Notícias de Manteigas era um "*jornaleco*", embora tal declaração não tenha sido feito pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

Aludiu que o Senhor Presidente da Câmara não refere na sua Informação à Assembleia Municipal a questão do projeto da Vila Galé, contudo há dois meses atrás tinha sido referido que os técnicos estavam em processo de negociação, no sentido de que fosse obtida a aprovação do projeto. Indicou que gostaria de ter conhecimento do ponto de situação em relação a esse projeto, dado que na sua opinião já tinha decorrido o tempo suficiente de os técnicos encontrarem uma solução consensual. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra referiu que no seu ponto de vista os técnicos já tiveram mais do que tempo. A Câmara já está há mais de um mês a negociar junto das entidades competentes devido a um pormenor do projeto, designadamente junto do ICNF para dar parecer positivo. Informou que no início do mês de junho tiveram uma comunicação formal, a segunda comunicação foi no dia vinte e quatro de junho, as chamadas telefónicas são constantes por parte do Chefe de Divisão de Obras e Urbanismo, por tratar-se de uma pequena questão de pormenor, como tal estão a aguardar que a todo o momento que o ICNF possa dar uma resposta. Relativamente a Torre de' Passeri disse já tinha tido oportunidade de referir na reunião do Órgão Executivo que nós não estamos na idade média, em que há casamentos sem namoro. Declarou que atualmente as duas comunidades estão numa fase de "namoro" rumo à Geminação. Deu nota que foi realizada uma candidatura que já está aprovada, no sentido de que assumiam neste processo de preparação os princípios europeus para futura geminação, designadamente em nome da paz, da liberdade e de uma Europa de rosto Humano, tendo sido nesse sentido que feita uma candidatura que levaria ao reconhecimento por ambas as partes para depois se entenderem. Se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

esta amizade entre as duas comunidades der resultados positivos há Geminação. -----  
Afirmou que não há nenhum Protocolo, houve o reconhecimento das regras que sustentariam este diálogo de preparação para a Geminação. Uma Comitiva de Torre de' Passeri veio a Manteigas e uma Comitiva de Manteigas irá também a essa localidade de Itália e se efetivamente para além das relações pessoais, que pelos vistos foram ótimas, quer com a Comunidade Manteiguense, quer com todas as pessoas que tiveram presentes e que eles gostaram e apreciaram muito, nós tivemos essa mesma contrapartida. Posto isto, considerou-se que é benéfico para os dois lados, designadamente para futuras candidaturas europeias, em que tem que haver três países no sentido de haver aprovação de candidaturas com Geminação. -----  
Informou que, inclusivamente, Torre de' Passeri é uma localidade montanhosa à semelhança de Manteigas, têm escolas profissionais, têm um conjunto de elementos que se considera que podem ser paralelos com Manteigas. Explicou que esta fase foi de concurso para conhecimento mútuo rumo à Geminação, o que significa que por enquanto o que houve foi uma candidatura para suportar as despesas com a deslocação e estadia dessa Comitiva e naturalmente haverá também uma outra candidatura para que uma comitiva de Manteigas se desloque a Itália, só posteriormente será feita a Geminação. -----

### ----- PONTO 5. -----

#### -----APRECIAÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria solicitou a palavra para prestar uma informação que considerou ser pertinente, uma vez que já em anteriores Assembleias se tinha falado sobre este assunto e de uma forma geral preocupava a todos e não havia soluções de imediato para a resolução do problema. Deu conhecimento que foram beneficiados cerca de quarenta quilómetros de caminhos rurais e florestais na Freguesia de Santa Maria, estão operacionais não só para as viaturas de quem vive nessas zonas, como também para as viaturas de Bombeiros, se infelizmente houver qualquer ocorrência em que seja necessário deslocarem-se, como para qualquer atividade que valorize o concelho de Manteigas. -----

Referiu que 50% desses quilómetros foram objeto de uma candidatura de estabilização de emergência para os incêndios, os outros quilómetros serão suportados pelo Baldio, que já solicitou também à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal apoio e esperemos que ambas as Autarquias sejam sensíveis para esta ajuda, porque de facto os caminhos estavam degradados, estavam péssimos e atualmente estão em ótimo estado, acessíveis. Declarou que esses caminhos para além de favorecerem toda a atividade do Baldio, irão favorecer, com certeza, toda a atividade do concelho. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes no uso da palavra referiu que nesta sessão foi levantada a questão se a Câmara já andaria em pré-campanha eleitoral ou não. Afirmou que esse assunto nada lhe dizia, embora o Boletim Municipal que tinha recebido em casa lhe dissesse algo, no entanto ia criticar, porque não tinha esse direito dado que todas as Câmara fazem aquilo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

podem e entendem. -----

Aludiu que um outro assunto que pretendia abordar prende-se com um ofício que foi pela Junta de Freguesia de Sameiro, com a referencia 073 datado de 22-04-2017, à vereação da Câmara. Declarou que não ia ler essa missiva, contudo agradecia que a Câmara respondesse ao mesmo, nem que fosse na próxima sessão da Assembleia, dado que no momento era possível que não tivesse esses os dados disponíveis. Indicou que por sua vez há um pedido de apoio técnico dirigido ao Chefe da Divisão de Obras e Urbanismo, através do ofício n.º 125 da Junta de Freguesia de Sameiro, datado de 06-09-2016. Verifica-se ainda uma outra missiva da Junta de Freguesia de Sameiro, datada de 27-09-2016 dirigida também ao Chefe de Divisão de Obras e Urbanismo. Explanou que pelo que teve conhecimento não houve resposta a estas comunicações realizadas pela Junta de Freguesia de Sameiro, como tal questionou qual o motivo e se o Senhor Presidente da Câmara tinha conhecimento desses ofícios. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara questionou se os ofícios foram dirigidos ao Senhor Engenheiro João Gabriel e qual é o assunto dos mesmos. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes esclareceu nem todos os ofícios foram dirigidos ao Senhor Engenheiro João Gabriel. O ofício com a referência 073, datado de 22-04-2017, foi dirigido ao Exmo. Senhor Vereador Paulo Estrela. Os assuntos dessas comunicações foram: memória descritiva da ampliação da churrasqueira - Apoio Técnico; Pedido de Apoio ao Gabinete Técnico, permitindo a resolução de pequenas reparações; e o outro é sobre a churrasqueira, um pontão e a açude. Solicitou que este assunto fosse esclarecido. -----

----- O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho indicou que a sua intervenção ia no sentido de deixar uma sugestão relativamente às bandas sonoras, que estão junto ao Posto de Turismo, que na sua opinião estão um pouco elevadas e uma vez que, ainda estão a decorrer esses trabalhos, podia-se intervir para minimizar esse efeito. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara explicou que o objetivo é obrigar os condutores a reduzir a velocidade e ao mesmo tempo servir de passadeira para os peões. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro referiu que como era de conhecimento em dois mil e dezasseis houve uma candidatura para Sameiro, através do Orçamento Participativo, tendo nesta data terminado o prazo para novas candidaturas. Recordou que no dia seguinte se ia entrar no mês de julho e até ao momento ainda não tinha assistido a um risco, a um desenho, a uma intervenção relativamente a essa primeira candidatura. Questionou em que ponto de situação se encontra este projeto, que foi votado e esteve no Orçamento Participativo de 2016 e foi aceite. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha solicitou a palavra para dar os parabéns ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira pela iniciativa e sucesso que teve o FACIVALE. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares no uso da palavra deu também os parabéns ao



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira pelo FACIVALE. Indicou que não teve a oportunidade de estar presente, mas por aquilo que lhe tinha sido dado a entender tanto pelos naturais de Vale de Amoreira, como por outras pessoas com quem tinha dialogado sobre esse evento e pelo que tinha visualizado nas redes sociais, percebeu que de facto houve bastante adesão, foi uma iniciativa com sucesso, fez votos para que possa ser repetida e que seja redobrado o sucesso. -----

No que concerne ao encontro de Geminação com Torre de' Passeri, aludiu que esteve no primeiro encontro, uma vez que a Assembleia Municipal tinha sido convidada. Sublinhou a excelente atuação que teve o Grupo Coral nesse dia, sendo que o feedback que a Comitiva Italiana teve perante a atuação do Grupo Coral é merecedora de um registo. Disse que tinha ficado com a ideia que a Comitiva de Torre de' Passeri não tinha noção do quanto em Manteigas a Música é apreciada e praticada. -----

Indicou que pretendia ainda expor três questões. A primeira questão prende-se com a data da próxima sessão da Assembleia Municipal, a Lei diz que deve haver uma Assembleia em setembro, contudo é do conhecimento que nessa altura estaremos em período de pré-campanha ou mesmo em campanha eleitoral. Nesse sentido explanou que na sua opinião pessoal não se deveria realizar a Assembleia de setembro, a não ser que houvesse um assunto urgente que assim o determinasse. Caso contrário, considerou que se deviam abster de realizar essa sessão, dado ser mesmo em cima das eleições, até porque se for agendada para um dia de campanha eleitoral, os que forem candidatos estão dispensados da apresentação nessa sessão, por isso corre-se o risco de não haver quórum. Deixou este repto ao Senhor Presidente da Mesa. Ainda assim, se houver necessidade de se convocar a Assembleia, aludiu que no seu ponto de vista a melhor data seria o dia um de setembro. -----

Mencionou que teve conhecimento que há mais um diferendo entre a Câmara Municipal e o ICNF, relativamente às placas que indicavam os apoios ao campismo do Covão da Ponte e do Covão d' Ametade. Aludiu que gostaria de saber qual é o ponto de situação dessa quezília entre a Câmara Municipal e o ICNF. Por último, questionou o Senhor Presidente da Assembleia se o Órgão Executivo já remeteu à Assembleia Municipal, os dados relativos ao Festival Serra da Estrela, que tinham sido solicitados pelo Senhor Deputado António Miguel na última reunião. Em caso de já terem sido remetidos, agradecia que fossem distribuídos por todos os membros da Assembleia, para perceberem se de facto aquilo que contava na Moção de Voto do PSD sobre os custos do Festival Serra da Estrela eram verdadeiros ou não. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa confirmou que os dados do Festival Serra da Estrela já foram remetidos pela Câmara à Mesa da Assembleia Municipal. Anuiu que ia remeter esses dados aos membros do Órgão Deliberativo. No que concerne à sessão da Assembleia, disse que provavelmente será mesmo realizada no dia um de setembro e eventualmente até valeria a pena fazer-se um convite aos candidatos autárquicos para estarem presentes nessa sessão de modo a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

darem a conhecer as suas propostas. -----

----- O Senhor Deputado Albino Monteiro no uso da palavra referiu que nesta sessão falou-se por diversas vezes em “pré-campanha”. Disse que no seu ponto de vista o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro tinha perdido uma oportunidade enorme de fazer uma pré-campanha. Avocou que desconhecia como é que o Senhor Deputado José Lopes aparece nesta Assembleia com os ofícios remetidos pela Junta de Freguesia de Sameiro à Câmara Municipal. ---

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu que lhe tinha sido dado a conhecer nesta sessão que houve um conjunto de ofício dirigidos à Câmara Municipal, onde era solicitado algum suporte ou apoio, especialmente técnico, relativamente à Junta de Freguesia de Sameiro, sendo que era evidente que isto estava a ser encaminhado. Ainda assim solicitou ao Senhor Presidente da Mesa que concedesse a palavra ao Senhor Engenheiro João Gabriel Leitão para prestar os devidos esclarecimentos sobre essa matéria. -----

----- O Senhor Engenheiro João Gabriel Leitão após lhe ter sido concedida a palavra pelo Senhor Presidente da Mesa, explanou que relativamente aos ofícios dirigidos ao Serviço Técnico da Câmara Municipal, oficialmente teve que dar conhecimento superiormente, neste caso ao Senhor Vereador Paulo Estrela. No que concerne ao pedido específico do Ribeiro e do Açude, aludiu que teve oportunidade de se deslocar pessoalmente ao local, com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro e com o Senhor Engenheiro Rafael do ICNF, para perceber o que é que estava em causa. Posteriormente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro terá referido que iam abrir candidaturas e que iriam submeter essas candidaturas com o parecer diretamente do ICNF, posto isto o assunto nunca mais foi conversado nos Serviços Técnicos. -----  
No que diz respeito a outro tipo de apoio técnico, referiu que a Câmara deu o apoio técnico que foi possível, porque tal como é de conhecimento os recursos humanos da Câmara são escassos, tendo já por diversas vezes se manifestado relativamente a esse facto. Explicou que por vezes há dificuldade em executar o próprio Plano de Atividades e como tal, a Câmara tem que subcontratar para executar determinados projetos e ações. Indicou que ainda assim, foi prestado o apoio técnico ao cidadão, o Senhor Dr. Joaquim Biscaia, na submissão e no acompanhamento da proposta ao Orçamento Participativo, nomeadamente no que concerne às peças desenhadas e escritas. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro referiu que foi a única coisa que os Serviços Técnicos da Câmara fizeram em termos dos projetos apresentados, sendo que a Câmara presta apoio para quem faz candidaturas para o Orçamento Participativo. -----

----- O Senhor Engenheiro João Gabriel Leitão esclareceu que a Câmara não fez esse trabalho para as restantes Juntas de Freguesia, como tal não havia qualquer discriminação. Explicou que os Serviços Técnicos podem prestar apoio, mas era preciso ter em linha de conta que se tratam de serviços da Câmara Municipal de Manteigas e não há apoio técnico direto a qualquer Junta de Freguesia. A Câmara Municipal está disponível para prestar apoio, mas nem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

sempre tem capacidade de resposta porque tem carência de técnicos. Indicou que mais nenhuma Junta de Freguesia faz esse tipo de pedidos na realização de projetos, ou de apoio técnico de outro tipo de situação. -----

Declarou que em relação ao Orçamento Participativo também podia ajudar, falta 50% do ano, a Câmara Municipal também não executou 100% do seu Plano de Atividades, obviamente que vai executar, mas ainda não está nenhuma ação do Orçamento Participativo a ser executada, nem a de Sameiro, nem a de Vale de Amoreira, nem as de Manteigas, estão todas no mesmo patamar, estão em pré-contratação, em pré-estudos, ainda não avançaram para a contratação externa. ----

----- O Senhor Presidente da Câmara aludiu que houve também algum pedido de apoio relativamente a Açudes e Regadios tradicionais, nesse sentido fez alusão à intervenção do Senhor Engenheiro António Ruas, que tinha informado que estiveram abertas candidaturas para esse efeito, que envolviam também os projetos para execução. Deu nota que na última sessão de Câmara uma Senhora Regante de Vale de Amoreira queria que fosse a Câmara a intervir relativamente ao Açude, as Levadas e ao Regadio tradicional. Disse que é de conhecimento que têm uma Comissão de Regantes, que está devidamente registada, a Câmara tem dois projetos de Regadio para Vale de Amoreira, que porventura precisam agora de algumas alterações, atendendo a que já estão feitos há muitos anos. -----

Relativamente à questão do ICNF, como é de conhecimento isto já é uma história de longa data, o ICNF tinha dois Parques de Campismo: O Covão da Ponte e o Covão d' Ametade, como não precisava de licenciamento abriu as infraestruturas, colocou lá aquilo que entendeu e explorou, porque a Câmara não tem que licenciar as infraestruturas do Estado, o Estado atua e não precisa de autorização. A determinada altura negociou e passou a pertença para os Baldios do Covão da Ponte e do Covão d' Ametade, só que para as infraestruturas funcionar é-lhes exigido através do próprio ICNF, que as mesmas sejam licenciadas e tenham parecer do ICNF, que deu parecer negativo sobre estruturas que já funcionaram nesses locais. -----

Disse que o mais grave é que agora no Covão d' Ametade havia a possível concessão a um privado, que a determinada altura não podendo colocar as infraestruturas a funcionar levantou esta questão: quando a estrutura era do ICNF podia funcionar, não foi licenciada porque não precisava e agora que está na posse de outra entidade, para funcionar tem que ter licenciamento e o parecer do ICNF é negativo. Explanou que desta situação resultou que houve um problema de falta de civismo por um lado e de faltas de regras por outro lado. O Covão d' Ametade a determinada altura começa a ficar cheio de resíduos, sendo que é do domínio dos Baldios de São Pedro, como tal a Câmara não vai a propriedade alheia limpar aquilo que não lhe pertence.-----

Frisou que à Câmara compete encontrar solução de gestão para os resíduos, mas não fazer a limpeza dos espaços. Por sua vez o ICNF acha que não tem que limpar, os Baldios de São Pedro por ventura acham que também não tinha que limpar, o exclusivo explorador da Serra da Estrela achava que também não tinha que ser ele a limpar, inclusivamente há cerca de seis anos o ICNF





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

terá mandado tirar os contentores do lixo que aí estavam, alegando que que não eram necessários, porque iam colocar placas a dizer que era proibido deitar lixo. -----

Entretanto houve uma ação de limpeza, da autoria da Covilhã, que muito louva, contudo lamentou que a notícia transmitida nos meios de comunicação social não refletisse que o autor dessa limpeza foi a Covilhã com a Câmara Municipal de Manteigas, pois foi esta última que pagou os almoços a alunos e aos nossos jovens manteiguenses que estiveram nesta ação. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que houve uma reunião entre o ICNF, a Câmara Municipal de Manteigas e os Baldios de São Pedro, no sentido de que os Baldios têm que limpar e têm que acautelar os resíduos, sendo que posteriormente o Município procederá ao transporte dos mesmos. Em contrapartida os Baldios comprometem-se a limpar uma parte dos percursos pedestres. Deu nota que após esta reunião com o Senhor Diretor do ICNF, que alegou que não tinha dinheiro para nada, nem se comprometia com nada. Passados três dias de ter decorrido a referida reunião, enviou uma carta à Câmara Municipal a mandar tirar as placas que já lá estavam há trinta e sete anos, que diziam: "Apoio ao Campismo". Nesse contexto o Município recorreu ao Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, que tem lá uma designação específica de "Parque de recreio e lazer com permissão de pernoita", sendo essa a informação que a Câmara irá colocar no Covão d' Ponte. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro solicitou a palavra, referiu que no que concerne à explanação do Senhor Engenheiro João Gabriel, o Regulamento do Orçamento Participativo que foi aprovado refere que há este apoio técnico, que foi prestado ao cidadão. Avocou que desconhecia que não havia apoio às Juntas de Freguesias, porque caso contrário nunca o teria solicitado. Indicou que os técnicos da Câmara estiveram várias vezes em Sameiro, tiraram várias fotografias, nunca fizeram medições, sendo que a Junta de Freguesia Sameiro neste momento até o caudal e o débito do Ribeiro mediu no espaço de cem metros. Declarou que esse trabalho foi aprovado pela APA, pela CCDR e pelo ICNF e foi aprovado pela primeira vez em Sameiro um pontão e os açudes, um trabalho que foi feito pela casa. Inclusivamente na CCDR ficaram admirados e questionaram quem tinha feito o trabalho. -----

No que diz respeito à intervenção do Senhor Deputado Albino Monteiro, agradeceu em primeiro lugar ao Senhor Deputado José Lopes, tendo esclarecido que os ofícios que este trouxe a esta sessão fazem parte de uma gestão partilhada, em que os membros da Assembleia e da Junta de Freguesia têm direito a esses ofícios e como tal são distribuídos e comunicados. Inclusivamente a carta que o Senhor Presidente da Câmara lhe tinha remetido recentemente foi fotocopiada e distribuída aos membros da Assembleia, porque não há segredos. -----

Referiu que no seu ponto de vista a Assembleia não é o local apropriado para fazer campanha eleitoral. Afirmou que não o faz, apenas apresentou factos concretos e objetivos, sendo que apenas tinha que agradecer porque tinha amigos, não encomenda recados porque não tem medo de apresentar as situações. Declarou que não fez nem encomendou campanha política nesta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

sessão. -----  
----- O Senhor Presidente da Mesa verificando a intenção do Senhor Deputado Albino Monteiro em intervir cumprimentou-o, pedindo desculpa por não o ter feito antes. Aludiu que esta é a primeira vez que o Senhor Deputado Albino Monteiro está presente nesta Assembleia Municipal, como tal explicou que normalmente nesta Assembleia os seus membros não se dirigem uns aos outros de forma ofensiva, normalmente os elementos do Órgão Executivo é que arcam mais com as críticas que lhes são feitas por esta Assembleia. Cada Senhor Deputado intervém com a sua convicção sem necessidade de ofensas. -----

----- O Senhor Deputado Albino Monteiro no uso da palavra esclareceu que aquilo que tinha mencionado na sua intervenção foi que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro não estava a fazer campanha e não aproveitou esta sessão para o fazer. Declarou que foi mal-entendido nas suas palavras. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir neste ponto da ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar deu a sessão por encerrada às dezanove horas e cinco minutos do dia trinta de junho do ano de dois mil e dezassete. Desta sessão foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelos Senhores Secretários da Mesa.-----

----- O Presidente da Mesa -----

-----  
  
-----  
----- António Manuel de Lemos Santos -----

----- O 1º Secretário -----

-----  
  
-----  
----- Albino Saraiva Cardoso -----

----- A 2º Secretária -----

-----  
  
-----  
----- Oriana Marina Cleto Abreu Morais -----